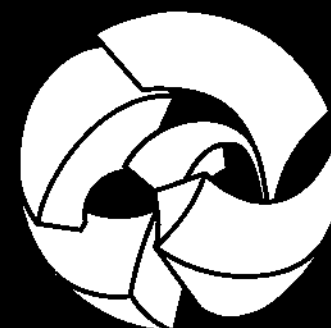


MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
INSTITUTO RIO BRANCO



IRBR

GUIA DE ESTUDOS
PARA O CONCURSO DE ADMISSÃO
À CARREIRA DE DIPLOMATA
INSTITUTO RIO BRANCO

IRB
32 "1997"

GS

0299/99



L0000000300

7

Ac 1464
R 3682



GUIA DE ESTUDOS

IRBr
327(079)
G 943
EX. 2
1997

Ministro das Relações Exteriores

Embaixador Luiz Felipe Lampreia

Secretário-Geral das Relações Exteriores

Embaixador Sebastião do Rego Barros

Diretor do Instituto Rio Branco

Ministro André Mattoso Maia Amado

O presente **Guia de Estudos** é material obrigatório dos candidatos ao Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, do Instituto Rio Branco (IRBr), do Ministério das Relações Exteriores, como dispõe o inciso 1.7. do Edital transcrito a seguir.

Constam do **Guia**:

- o Edital do Diretor do IRBr sobre o Concurso;
- os programas, a bibliografia sugerida e a orientação para estudo, relativos às provas do Concurso de Admissão, bem como, sempre que possível, exemplos de provas que mereceram aprovação em concurso anterior, mantido o texto original do candidato, com eventuais incorreções e/ou deficiências; e
- a legislação que criou o Programa de Formação e Aperfeiçoamento - Primeira Fase (PROFA-I).

A bibliografia sugerida e a orientação para estudo incluídas neste **Guia** não têm caráter limitativo.

Brasília, em dezembro de 1996.

0299/99

ÍNDICE

Edital	7
Programas, bibliografias, orientação para estudo e exemplos	
de provas	21
- Teste de Pré Seleção	23
- Português	27
- Inglês	37
- Questões Internacionais Contemporâneas	45
- História	49
- Geografia	65
- Noções de Direito	77
- Noções de Economia	87
- Francês (recomendação)	97

EDITAL

(publicado no Diário Oficial da União em 18 de novembro de 1997)

O DIRETOR DO INSTITUTO RIO BRANCO faz público que estarão abertas, de 02 de janeiro a 07 de fevereiro de 1997, as inscrições para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, previsto nos art. 38 e 39, parágrafos únicos, da Lei 7.501, de 27 de junho de 1986, regulamentados pelo Decreto de 14 de setembro de 1995, publicado no Diário Oficial da União em 15 de setembro de 1995, concurso que, segundo a Portaria do Secretário-Geral das Relações Exteriores de 10 de novembro de 1995, publicada no Diário Oficial da União em 14 de novembro de 1995, obedecerá às instruções constantes do presente edital.

2. A aprovação no Concurso habilitará o candidato a ingressar em cargo da classe inicial da Carreira de Diplomata, de acordo com a ordem de classificação obtida, e a ter matrícula no Programa de Formação e Aperfeiçoamento - Primeira Fase (PROFA-I), do Instituto Rio Branco (IRBr), regulamentado pela Portaria ministerial de 1º de novembro de 1995, publicada no Diário Oficial da União em 8 de novembro de 1995.

3. A aprovação no PROFA-I constitui condição essencial para a confirmação no Serviço Exterior, nos termos do Decreto de 14 de setembro de 1995, acima citado.

4. O presente Edital reger-se-á, no que couber, pela Portaria nº 23, de 15 de agosto de 1991, do Diretor do IRBr, publicada no Diário Oficial da União no dia 16 de agosto de 1991, que estabelece as condições de inabilitação, aplicáveis aos candidatos inscritos no Concurso.

5. É fixado em 30 (trinta) o número de vagas a serem providas de acordo com a ordem de classificação dos candidatos aprovados no Concurso.

1. DAS INSCRIÇÕES

1.1. As inscrições deverão ser feitas pessoalmente. Será permitida a inscrição por procuração, mediante entrega do respectivo mandato, acompanhado de cópia do documento de identidade do candidato e apresentação de identidade do procurador. Deverá ser apresentada uma procuração para cada candidato, que ficará retida.

1.1.1. Seguem os endereços onde deverão ser feitas as inscrições:

a) na sede do IRBr em Brasília:

- Ministério das Relações Exteriores, Anexo II, térreo, Brasília - DF, CEP 70170-900, tels: (061) 211-6184, 211-6691 e 211-6646; fax: (061) 322-8355.

b) nos Centros Regionais nas seguintes capitais:

- Belém: Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, Av. Governador José Malcher, 349, Nazaré. CEP 66035-100; tels: (091) 242-5932/1043; fax: (091) 223-5506.

- Belo Horizonte: Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Av. Álvares Cabral, 211, 6º andar, CEP 30170-000; tel/fax: (031) 226-5892.

- Campo Grande: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, CEP 79070-900; tels: (067) 787-3311, ramal 2309.

- Curitiba: Escritório de Relações Externas UFPR/FUNPAR, Av. Marechal Deodoro, 950 cj. 901 B, CEP 80060-010; tel: (041) 232-3170; fax 232-5233; E-mail: ere@curitiba.funpar.ufpr.br.

- Florianópolis: Comissão Permanente do Vestibular, Universidade Federal de Santa Catarina, CEP 88040-900; tels: (048) 231-9356, 231-9478, 231-9094 e 231-9095; fax: (048) 234-9733.

- Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, Av. da Universidade, 2853, Benfica, CEP 60020-181; tels: (085) 281-5383; fax: (085) 283-3115;

- Porto Alegre: COPERSON-Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Av. Paulo Ga-ma, 110, anexo I da Reitoria, 1º andar, CEP 90040-060; tel: (051) 316-3114; fax: 227-1666.

- Recife: Rua do Hospício, 371, Bloco C, 2º andar, CEP 50060-080; tel e fax: (081) 423-6056.

- Rio de Janeiro: Secretaria de Recepção e Apoio, Palácio Itamaraty, Av. Marechal Floriano, 196; tel: (021) 516-1744; fax: (021) 263-9571.

- Salvador: Pró-Reitoria de Extensão-Universidade Federal da Bahia, Rua Leovigildo Filgueiras, 392, Garcia, CEP 40100-170; tels: (071) 336-9106 e 237-7044; fax: (071) 336-9299.

- São Paulo: FUNAG, Memorial da América Latina, Av. Mario de Andrade s/n, Barra Funda, tel: (011) 823-9668; fax: (011) 823-9685.

- Vitória: Departamento de Admissão à Graduação, Universidade Federal do Espírito Santo, CEP 29060-900; tels: (027) 335-2426, 335-2423 e 335-2412; e fax (027) 335-2420.

c) no exterior: nas Embaixadas, Missões Diplomáticas ou Repartições Consulares brasileiras.

1.2. Taxa de inscrição: a taxa de inscrição é de R\$ 40,00 (quarenta reais) e deverá ser depositada na conta 55568041-X, Agência nº 3603-X, do Banco do Brasil S.A. (Banco 1), em favor da CESPE-UNB, com a qual o IRBr mantém convênio de cooperação. Em nenhuma hipótese, será restituída ao candidato.

1.3. Requisitos: os candidatos deverão satisfazer às condições abaixo indicadas:

a) ser brasileiro nato, conforme o Art. 12, § 3, V, da Constituição;

b) contar com mais de 21 (vinte e um) anos na data do teste de pré-seleção e menos de 35 na data da última prova, nos termos do Art. 39, parágrafo único, da Lei 7.501, de 27 de junho de 1986, podendo inscrever-se, portanto, os nascidos entre 22 de julho de 1962 e 8 de março de 1976;

c) estar em dia com o serviço militar;

d) estar em dia com suas obrigações de eleitor;

e) ter bons antecedentes; e

f) haver concluído, antes de 8 de março de 1997, curso superior de graduação plena, reconhecido.

1.4. Candidatos casados: o candidato casado deverá apresentar, com os outros documentos exigidos na forma do item 5.3., certidão de casamento e formulário de dados pessoais do cônjuge. Se casado com pessoa de nacionalidade estrangeira, será inscrito condicionalmente no concurso e, se aprovado, só será nomeado para o cargo na classe inicial da Carreira se obtiver a autorização a que se referem os Arts. 48 e 50 do Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, a ser requerida na forma da legislação em vigor. Essa

exigência aplica-se também ao candidato cuja separação judicial não tenha transitado em julgado.

1.5. Local das provas: ao solicitar a inscrição, o candidato deverá declarar o local onde deseja realizar as provas da Primeira Fase, dentre as opções relacionadas nas alíneas "a" e "b" do item 1.1.1. acima.

1.6. Documentação: ao solicitar a inscrição, o candidato deverá apresentar:

- a) requerimento de inscrição, em formulário próprio do IRBr, no qual declare satisfazer a todas as condições exigidas;
- b) o original e fotocópia da carteira de identidade; e
- c) comprovante de pagamento da taxa de inscrição (depósito bancário), que ficará retido.

1.7. Depois de inscrito, o candidato receberá 1 (um) exemplar do Guia de Estudos, em que se contém a legislação, o programa e informações relativos ao Concurso, bem como exemplos de provas de concursos anteriores.

1.8. Respeitadas as exigências deste Edital, o Diretor do IRBr dará deferimento aos pedidos de inscrição em edital a ser publicado no Diário Oficial da União antes do início da Primeira Fase do Concurso.

1.9. Normas gerais:

- a) sempre que solicitado, o candidato deverá exibir sua carteira de identidade;
- b) não haverá segunda chamada de prova alguma;
- c) as provas escritas serão feitas com caneta preta ou azul;
- d) só quando expressamente autorizado, poderá o candidato ausentar-se do recinto da prova;
- e) será eliminado o candidato que (i) não comparecer na hora aprazada a qualquer prova, exame ou atividade prevista, (ii) agir com incorreção ou descortesia, (iii) tentar comunicar-se por qualquer meio, durante as provas, com pessoa não autorizada, e (iv) consultar, durante as provas, livro, notas ou qualquer outro material que não tenha sido expressamente admitido;
- f) será desqualificada a prova que apresentar qualquer sinal que possibilite sua identificação;
- g) a nenhum candidato será dado alegar desconhecimento das presentes

instruções ou das convocações e avisos feitos no decorrer do Concurso; e
h) os casos omissos serão decididos pelo Diretor do IRBr.

2. DAS FASES DO CONCURSO

O Concurso realizar-se-á em 5 (cinco) fases, em que todos os testes, provas e requisitos terão caráter eliminatório, segundo os critérios e os métodos de avaliação especificados neste Edital.

A Primeira Fase constará de um Teste de Pré-Seleção (ver item 3. abaixo).

A Segunda Fase terá duas provas: Português e Inglês (ver item 4. abaixo).

A Terceira Fase será a da matrícula nas fases seguintes do Concurso, condicionada à satisfação das condições exigidas em 1.3. deste Edital e à apresentação do material e documentação definidos no item 5. abaixo.

A Quarta Fase incluirá, 6 (seis) provas: Questões Internacionais Contemporâneas, Inglês, História, Geografia, Noções de Direito e Noções de Economia (ver item 6. abaixo).

A Quinta Fase verificará as condições físicas, psíquicas e comportamentais dos candidatos (ver item 7. abaixo).

Só será admitido à fase seguinte e, no caso da Quarta Fase, à prova seguinte, quem tiver sido aprovado na fase ou prova anterior.

3. DA PRIMEIRA FASE: O TESTE DE PRÉ-SELEÇÃO (TPS)

3.1. Data: dia 08 de março de 1997.

3.2. Local: será realizado simultaneamente no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, e nas cidades mencionadas na alínea "b" do item 1.1.1. acima.

3.3. Horário e duração: terá início às 09:00h, hora de Brasília, e terá a duração de 5 (cinco) horas.

3.4. Características - O TPS é prova de caráter eliminatório e visa a identificar o grupo de candidatos, cujos interesses e conhecimentos mais se aproximam dos que deverão ser desenvolvidos no IRBr no processo de formação e aperfeiçoamento do diplomata brasileiro.

As questões versarão sobre temas da cultura brasileira e ocidental e da atualidade. Poderão proceder dos programas das demais matérias do Concurso, inclusive aspectos ligados ao uso das modalidades falada e escrita da Língua Portuguesa, e, também, cobrar raciocínio lógico e analítico. Será um teste de múltipla escolha.

Os critérios de avaliação do TPS privilegiarão o nível médio dos candidatos, segundo fórmula aplicada pela FUVEST, da Universidade de São Paulo, que, a partir de parâmetros básicos para a correção, distingue um conjunto mais homogêneo de aprovados.

Os parâmetros básicos que o IRBr aplicará são:

- a nota de referência é 50 sobre 100; e
- o número de candidatos aprovados na Primeira Fase do Concurso e, portanto, habilitados à Segunda Fase é, idealmente, 150, isto é, cinco vezes o número total de vagas abertas pelo Concurso.

Com base nesses parâmetros, aplicar-se-ão as seguintes fórmulas:

$$F = 1,2D + 0,4$$

$$N = 150F$$

onde N é o número de candidatos aprovados na Primeira Fase do Concurso, e D corresponde ao resultado da divisão do número de pontos obtidos pelo 150º candidato pelo número total de pontos possíveis no TPS (100), isto é:

$$D = \frac{\text{nota (pontos obtidos) do 150º candidato}}{\text{nota máxima possível (100)}}$$

Os coeficientes numéricos que aparecem na definição do fator F foram escolhidos de modo que F seja igual a 1 se D for igual a 0,5, isto é, se a nota (pontos obtidos) do 150º candidato for igual a 50. Neste caso, os 150 primeiros candidatos no TPS serão aprovados na Primeira Fase do Concurso. Sendo a nota do 150º superior ou inferior a 50, o fator F será superior ou inferior a 150. Se, por exemplo, a nota do 150º for 60, F valerá 1,12, e serão aprovados N = 168 na Primeira Fase. Se a nota do 150º for 40, F valerá 0,88, e somente serão aprovados N = 132 candidatos.

Como podem ocorrer empates, garante-se que todos os que obtiverem a mesma nota que o N-ésimo serão considerados aprovados.

Os critérios da FUVEST subordinam o resultado ao desempenho médio do grupo de candidatos. É o grupo que determina o número de candi

datos cujas provas seguintes ao TPS serão corrigidas. Em outras palavras, a nota de corte passa a depender não mais do universo de candidatos, nem de uma nota mínima fixa, mas do índice médio de desempenho.

3.5. Gabarito: o gabarito do TPS estará disponível no dia 10 de março de 1997.

3.6. Resultados: o fator F finalmente calculado, em função da nota obtida pelo 150º classificado, será anunciado até as 18:00h do dia 13 de março de 1997, juntamente com a relação dos candidatos aprovados na Primeira Fase.

Dados a divulgação do gabarito e o método eletrônico de correção, não cabe recurso aos resultados do TPS.

A relação dos aprovados da Primeira Fase será enviada imediatamente para publicação no Diário Oficial da União em edital que convocará os candidatos aprovados para as Fases seguintes do Concurso.

4. DA SEGUNDA FASE: PORTUGUÊS E INGLÊS

4.1. Português:

4.1.1. Data, horário e local: dia 22 de março de 1997, às 09:00h (horário de Brasília), no mesmo local em que foi feito o TPS.

4.1.2. Características - A prova de Português constará de leitura, compreensão e análise de um ou mais textos literários, jornalísticos, informativos ou científicos, para elaboração de resumo com a extensão de 200 a 250 palavras (valor de 40 pontos), e de redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 450 a 600 palavras (valor de 60 pontos). Serão avaliadas a adequação, a relevância e a estruturação das idéias desenvolvidas nos textos, bem como a correção gramatical e a propriedade da linguagem escrita, de modo a aferir a capacidade de inteligência e de produção de textos escritos de acordo com os padrões da norma culta da língua portuguesa.

4.2. Inglês:

4.2.1. Data, horário e local: dia 23 de março de 1997, às 09:00h (horário de Brasília), no mesmo local em que foi feita a prova de Português.

4.2.2. Características - A prova escrita de Inglês constará de duas partes: redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 400 a 500 palavras (valor: 60 pontos), e versão de um ou mais textos (valor: 40 pontos). Exigir-se-á conhecimento avançado do idioma.

4.3. **Aprovação:** serão considerados aprovados na Segunda Fase do Concurso os candidatos que obtiverem as notas mínimas de 60 (sessenta), numa escala de 0 (zero) a 100 (cem), na prova de Português, e de 50 (cinquenta), na de Inglês. O candidato que entregar uma prova em branco estará automaticamente eliminado e não terá a outra prova corrigida.

4.4. **Resultados:** os resultados da Segunda Fase serão anunciados, na sede do IRBr, em Brasília, às 14:00h do dia 22 de abril de 1997, e divulgados, nos demais locais onde se tenha realizado o Concurso, até as 18:00h desse mesmo dia;

4.5. **Recursos:** os candidatos terão direito à vista de provas, observadas as seguintes condições:

a) a vista de provas e os pedidos de revisão de notas, doravante chamados de recursos, só serão aceitos quando solicitados pelos próprios candidatos — não se aceitando, portanto, procurador para esse fim — e sempre nos locais de realização das provas;

b) os recursos serão requeridos em formulário próprio, fornecidos pelo IRBr;

c) só serão aceitos requerimentos de recursos fundamentados, que indiquem precisamente as questões e os pontos em que o candidato se sentir prejudicado;

d) os requerimentos deverão ser apresentados até as 18:00h do dia 24 de abril, em Brasília, e até as 18:00h, hora de Brasília, do dia 25 de abril, nos Centros Regionais;

e) respeitada a fundamentação dos recursos, caberá ao Diretor do IRBr deferi-los para a consideração da Banca Examinadora;

f) o julgamento do recurso terá caráter irrecorrível, passando a nota a ser definitiva; e

g) os resultados dos recursos e, portanto, o resultado final da Segunda Fase serão anunciados até as 18:00h do dia 29 de abril de 1997 na sede do IRBr, em Brasília, e imediatamente mandados para publicação no Diário Oficial da União em edital que convocará os candidatos aprovados para as

Fases seguintes do Concurso.

5. DA TERCEIRA FASE: A MATRÍCULA

5.1. Local: a Terceira Fase realizar-se-á na sede do IRBr, em Brasília.

5.2. Data e horário: dia 15 de maio de 1997, às 09:30h.

5.2.1. Os candidatos, que tiverem feito as provas da Segunda Fase nos Centros Regionais, receberão do IRBr passagem aérea de ida e volta a Brasília e auxílio em dinheiro a partir do dia 15 de maio de 1997 até quando se justificar sua presença na Capital Federal em função do Concurso.

5.3. Matrícula: a concessão da matrícula na Terceira Fase do Concurso estará condicionada à apresentação dos seguintes material e documentos à Secretaria do IRBr:

a) três retratos 3x4;

b) um retrato 3x4 do (a) cônjuge; e

c) original e uma fotocópia dos seguintes documentos: (i) certidão de nascimento, (ii) prova de quitação com o Serviço Militar, (iii) título de eleitor atualizado, (iv) atestado de bons antecedentes, em formulário a ser fornecido pelo IRBr, (v) diploma ou certificado de conclusão, antes de 8 de março de 1997, de curso superior de graduação plena, reconhecido e (vi), se casado, os documentos mencionados no item 1.4. acima;

5.3.1. A falta de qualquer desses documentos acarretará a eliminação do candidato.

6. DA QUARTA FASE

6.1. Local e calendário: as provas da Quarta Fase do Concurso realizar-se-ão no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, entre os dias 16 de maio e 14 de junho de 1997, assim distribuídas:

a) Questões Internacionais Contemporâneas e Inglês, dos dias 16 a 20 de maio, em grupos alternados;

b) História, em 24 de maio;

c) Geografia, em 31 de maio;

d) Noções de Direito, em 07 de junho; e

e) Noções de Economia, em 14 de junho.

6.2. Das provas orais: as provas de Questões Internacionais Contemporâneas e Inglês serão orais.

6.2.1. Questões Internacionais Contemporâneas:

a) a prova terá por objetivo verificar o conhecimento e a capacidade de reflexão do candidato sobre temas internacionais correntes, incluindo antecedentes, situação atual e a posição do Brasil;

b) na arguição, serão igualmente avaliadas a capacidade do candidato de analisar o tema e organizar sua exposição, bem como a forma como o fará, do ponto de vista tanto da articulação, como da apresentação pessoal;

c) a Banca Examinadora valorizará particularmente o tratamento que ressalte os interesses brasileiros nos temas;

d) o candidato sorteará três temas e terá 15 (quinze) minutos para preparar exposição sobre um deles; e

e) a exposição deverá ser de 10 (dez) minutos, seguida de perguntas da Banca Examinadora, que poderá, se julgar procedente para a avaliação do candidato, ampliar o tema inicialmente tratado, referindo-se, em particular, ao conteúdo da bibliografia sugerida.

6.2.2. Inglês:

a) o objetivo da prova é o de verificar a fluência, a correção e a capacidade de expressão do candidato na língua inglesa;

b) a Banca Examinadora avaliará, também, a capacidade de reflexão do candidato sobre os temas tratados;

c) o candidato sorteará um texto e terá 15 (quinze) minutos para prepará-lo, podendo recorrer a dicionário, posto à disposição pelo IRBr; e

d) a arguição constará de leitura em voz alta do texto selecionado, no todo ou em parte, seguida de resumo oral, análise de parágrafos ou frases, perguntas sobre significação de termos e questões sobre pontos que vierem a ser suscitados pelo texto.

6.2.3. Aprovação: será considerado aprovado nas provas orais o candidato que obtiver a nota mínima 50 (cinquenta) em cada uma;

6.2.4. Resultados: os resultados das provas orais serão divulgados até as 10:00h do dia 21 de maio;

6.2.5. Recursos:

a) o candidato que se sentir prejudicado pela avaliação poderá ouvir e transcrever a gravação de sua arguição, mas não copiá-la, e, se o fundamentar, dirigir pessoalmente requerimento de recurso ao Diretor do IRBr;

b) os requerimentos deverão ser apresentados até as 13:00h do dia 22 de maio, para o devido deferimento pelo Diretor do IRBr; e

c) o resultado dos recursos será anunciado até as 18:00h do dia 23 de maio e terá caráter irrecorrível, passando a nota a ser definitiva.

6.2.6. O candidato reprovado em qualquer uma das provas orais será eliminado do Concurso.

6.3. Das provas escritas: as provas de História, Geografia, Noções de Direito e Noções de Economia serão escritas:

a) terão a duração de cinco horas cada uma;

b) serão compostas de cinco pequenas dissertações, no valor de 20 pontos cada;

c) nas provas de História e Geografia, três das questões obrigatoriamente tratarão do Brasil;

d) na prova de Noções de Direito, somente será admitida consulta a textos legais quando expressamente autorizada, circunstância em que serão fornecidos pela Direção do IRBr;

e) a nota mínima exigida em História e Geografia é 50 (cinquenta) e em Noções de Direito e Noções de Economia, 40 (quarenta);

f) a reprovação em uma prova escrita eliminará o candidato do Concurso; e

g) o calendário do anúncio dos resultados e dos recursos, respeitadas as regras de fundamentação e deferimento, é o seguinte:

Prova	Anúncio do resultado (13:00h)	Apresentação de recursos (até 18:00h)	Resultado final (até 18:00h)
História	26/5/97	28/5/97	30/5/97
Geografia	02/6/97	04/6/97	06/6/97
N. Direito	09/6/97	11/6/97	13/6/97
N. Economia	16/6/97	18/6/97	20/6/97

7. DA QUINTA FASE: EXAMES FÍSICOS E PSÍQUICOS

7.1. Data, local e horário: os exames terão início no dia 23 de junho de 1997, em local e horário a serem oportunamente informados pela Secretaria do IRBr.

7.2. Características - A Quinta e última Fase do Concurso visa a verificar se o candidato possui as condições físicas, psíquicas e comportamentais, exigidas pela profissão de diplomata, nos termos do Art. 7º, da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986. São condições de inabilitação as prescritas pela Portaria nº 23, de 15 de agosto de 1991, do Diretor do IRBr.

7.3. Junta de Avaliação: conduzirá a avaliação da higidez e da habilitação física e psíquica dos candidatos uma Junta de Avaliação presidida pelo chefe do Serviço Médico do Ministério das Relações Exteriores e integrada por dois outros médicos, não vinculados ao Ministério, com ampla experiência de clínica geral e de psiquiatria, respectivamente, designados pelo Diretor do IRBr. A Junta de Avaliação emitirá laudo sobre cada candidato, considerando-o "aprovado" ou "reprovado". Estes resultados serão publicados no Diário Oficial da União, e o IRBr informará a cada candidato reprovado, em particular, o fundamento da sua reprovação.

7.4. Resultados: os resultados da Quinta Fase do Concurso serão afixados na sede do IRBr, em Brasília, no dia 30 de junho de 1997.

7.5. Recursos: o candidato reprovado terá direito a recurso, mediante requerimento dirigido ao Diretor do IRBr, dentro de 24 horas a contar da notificação de que trata a cláusula precedente. Para esse fim, o Diretor do IRBr designará Junta de Recurso, composta por quatro membros: (i) um Ministro de Primeira ou de Segunda Classe, que a presidirá, sem direito a voto; (ii) um dos médicos que tenha integrado a Junta de Avaliação; e (iii) dois outros médicos. Com base na reavaliação efetuada, a junta emitirá um laudo definitivo, a ser submetido ao Diretor do IRBr, que o submeterá, com seu parecer, ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. A decisão deste será final e irrecorrível. Se o desejar, o candidato reprovado poderá designar, por sua conta, um médico para apresentar à Junta de Recurso as razões que fundamentam sua desconformidade com a avaliação inicial.

8. RESULTADO FINAL DO CONCURSO

a) será considerado aprovado no Concurso o candidato que, tendo sido considerado "aprovado" pela Junta de Avaliação, de que trata o item 7. deste Edital, obtiver, além das notas mínimas exigidas em cada prova da Segunda e Quarta Fases, média global igual ou superior a 60 (sessenta) nessas Fases;

b) o resultado final do Concurso será anunciado, por ordem de classificação dos aprovados, até as 14:00h do dia 1º de julho de 1997, e imediatamente mandado para publicação no Diário Oficial da União, para efeitos de nomeação no Serviço Exterior;

c) a ordem de classificação no Concurso determinará a ordem de ingresso na classe inicial da Carreira de Diplomata e matrícula automática no PROFA-I;

d) o Diretor do IRBr informará a data da nomeação e da posse no Serviço Exterior, bem como do início do PROFA-I; e

e) uma vez nomeados, os aprovados no Concurso tomarão posse, ainda que mediante procuração específica, na data determinada pelo Diretor do IRBr, iniciando imediatamente as atividades introdutórias do PROFA-I; e

f) o início do efetivo exercício com a obrigatoriedade das atividades do PROFA-I dar-se-á 30 (trinta) dias após a posse.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Os programas das matérias do Concurso serão detalhados no Guia de Estudos de que trata o item 1.7. acima.

9.2. É obrigatório o uso de traje passeio completo (terno e gravata) nas provas da Quarta e Quinta Fases do Concurso.

9.3. Identificação e Divulgação dos Resultados:

Na Primeira Fase, as respostas ao Teste de Pré-Seleção serão dadas em formulário ótico.

Na Segunda e Quarta Fases, as provas escritas serão desidentificadas para efeitos de correção. Somente no momento do anúncio dos resultados, ocorrerá a identificação em público.

9.4. Aceitação das Normas do Edital: o requerimento de inscrição

implica o conhecimento e a aceitação, pelo candidato, de todos os prazos e normas estabelecidos pelo presente Edital. O candidato que fizer declaração falsa ou inexata, ou que não satisfizer às condições exigidas, poderá ter cancelada sua inscrição a qualquer momento, por decisão do Diretor do IRBr publicada no Diário Oficial da União. Cancelada a inscrição, serão anulados todos os atos dela decorrentes.

André Mattoso Maia Amado
Diretor do Instituto Rio Branco

Programas

Bibliografias

Orientação para estudo

Exemplos de provas

Teste de Pré-Seleção

Português

Inglês

Questões Internacionais Contemporâneas

Geografia

Noções de Direito

Noções de Economia

TESTE DE PRÉ-SELEÇÃO

O Teste de Pré-Seleção (TPS) é *sui generis* dentro do conjunto das provas programadas para o Concurso de Admissão à Carreira Diplomática e, exatamente por isso, exige um comentário especial.

Como o nome indica, trata-se de uma prova inicial, de caráter eliminatório. O fato de ser elaborada sob a forma de testes possibilita rápida correção sem perda do padrão de qualidade que, para o Instituto Rio Branco, constitui questão de princípio. Em 1996, por exemplo, inscreveram-se 2.358 candidatos no Concurso. Não seria realista supor que um número tão elevado de provas de Português e Inglês, de natureza discursiva, pudesse ser corrigido em tempo hábil e segundo os critérios tradicionais do Instituto Rio Branco. Atribuiu-se, assim, a função de filtro a um tipo de prova, que, aliás, já fora aplicado em concursos anteriores.

O objetivo do TPS é, portanto, o de proceder a uma redução seletiva do número de candidatos, da maneira mais objetiva possível, franqueando o acesso para a fase seguinte do concurso apenas àqueles que reúnem condições consideradas indispensáveis para continuar concorrendo. O TPS visará a expor todos os candidatos, quaisquer que sejam suas procedências, a condições de igualdade de competição num concurso para o qual se inscrevem postulantes dos mais remotos lugares do país.

Para definir a particularidade do TPS, nada melhor do que confrontá-lo com os demais exames do mesmo Concurso. Cada um destes últimos tem em vista a avaliação de conhecimentos específicos, inscritos num domínio particular do saber, o que permite um grau maior de previsibilidade dos temas passíveis de constituir matéria para as diferentes questões e, por consequência, a possibilidade de uma preparação sistemática. Prova disso é a publicação e a indicação de um *Manual do Candidato* para as matérias da segunda e quarta fases do Concurso, cujo acesso é permitido apenas aos candidatos aprovados no TPS. Evidentemente, a indicação de Manuais, que também é fundamentada no mesmo propósito de garantir iguais condições de competição para todos, não implica compromisso de acorrentar os exames ao conteúdo neles explícito, mas serve de orientação para os candidatos, onde quer que se estejam preparando para o Concurso, sobre a concepção básica que presidirá à

elaboração das questões das provas. É uma forma também de dizer que os conteúdos dessas disciplinas não são indefinidos.

O TPS contrasta com os demais exames em aspectos essenciais e substantivos. Algumas questões poderão proceder, inclusive, dos programas das matérias constantes das outras fases do Concurso, mas sua formulação será necessariamente distinta, considerando a estrutura do teste. Outras procurarão verificar a capacidade de raciocínio dos candidatos. Para muitos, o saber é tributário do conhecimento tanto quanto do pensar bem e logicamente. Grande parte das questões, no entanto, abrangerá uma gama de conhecimentos que, embora finita, possui uma extensão tal que não se sujeita a uma preparação satisfatória a curto prazo. Trata-se da avaliação de um tipo de conhecimento (indispensável para a carreira diplomática), o qual não tem contornos demarcáveis, é originário das fontes mais diversas e refratário ao confinamento em manuais específicos (não é outra a razão por que não se indica um Manual para o Teste). Sua característica é a pluralidade, e seu espaço de circulação está na grande relação discursiva do homem com seu mundo. É consequência de um intelecto ativo, em estado de constante prontidão para os acontecimentos do meio social. O fato de não ser uma prova previsível não é casual: seu propósito é exatamente o de avaliar a incorporação de um tipo de conhecimento que faz parte daquilo que se convencionou chamar de currículo oculto, constituído de um residual que não depende da memória momentânea, mas da memória permanente. É um cabedal de conhecimento duradouro que, estabilizado como se fizesse parte do próprio organismo, apenas marginalmente depende de esforço mental para emergir.

Para compreender com clareza a finalidade do TPS, deve-se levar em conta que o tipo de conhecimento por ele aferido é significativamente útil para o exercício proficiente da função diplomática.

Se a guerra é o espaço do confronto, a diplomacia é o da negociação: se o principal recurso do guerreiro são os armamentos, o do negociador é o discurso. Àquele compete saber manobrar, com perícia, as armas de combate: a este, o discurso. Ora, a manobra eficiente do discurso implica a dupla habilidade de compreender, com o grau máximo de absorção, os significados contidos num texto e a de produzir textos que atinjam os resultados premeditados pelo seu enunciador. Como essas duas competências dependem em grande parte do conhecimento duradouro tal qual já foi definido anteriormente, a primeira parte dos exames para ingresso na Carreira Diplomática é programada para testar o candidato no domínio dessa modalidade de saber, sem cuja contribuição tanto a competência de leitura

como a de produção de texto podem ficar comprometidas. A qualquer momento, uma simples alusão a certo episódio ou personagem da cultura pode trazer embaraço de compreensão para quem os ignora. Imagine-se, por hipótese, alguém qualificar seus argumentos como "acacianos" ou uma fala como esta, entre diplomatas de dois países em conflito: "Seu país está manipulando esse episódio do mesmo modo como Iago manipulou o lenço de Desdêmona". Agradecer a seu primeiro interlocutor ou concordar com o segundo pode produzir resultados desconcertantes.

Mas o conhecimento não é necessário só pelo lado negativo, isto é, apenas para prevenir inconvenientes. É valioso também do ponto de vista positivo, isto é, sua posse produz vantagens consideráveis, em se tratando de profissionais cujo ofício depende muito da facilidade de bem relacionar-se com seus circunstantes, de mostrar-se bem informado, de cultivar um olhar curioso de novos conhecimentos, bem como de ser capaz de, a partir de simples conversa, captar eventuais "mensagens" subjacentes e delas tirar conclusões. Nesse particular, um conhecimento da mais variada natureza (música, literatura, teatro, cinema, artes plásticas, entre outras) auxilia o diplomata a manter viva a conversação. Um dos objetivos de conversa aparentemente "amena" é, na verdade, obter informação privilegiada, ou elementos para subsidiar o processo decisório. Não é preciso insistir na utilidade de uma competência que encurta distâncias, aquece o diálogo, suaviza o contacto, promove, enfim, o que a retórica antiga costumava chamar de "captação de benevolência". Além de habilitar o diplomata a munir-se de elementos para executar uma de suas tarefas primordiais, a de informar, a "captação de benevolência" auxilia-o nas demais funções, a saber, representar e negociar.

O TPS será concebido sobre as bases dessa forma de conhecimento, tão funcional para o exercício da Diplomacia, que deve estar consolidado na memória do seu portador. Trata-se, pois, de um tipo de prova sobre o imprevisível, já que seus resultados só serão significativos se forem a expressão de vivência contínua, não programável ou controlável. Não há, portanto, publicação específica a ser indicada para sua preparação.

A melhor - e única - forma de se preparar para esse tipo de prova é abrir os olhos para o mundo ao redor: ler muito e bem (romances, poesias, jornais, revistas, teatro ...), estar atento a todo tipo de manifestação cultural (cinema, teatro, esporte, concertos, exposições musicais em geral ...), pôr-se em estado de prontidão permanente para a realidade política, social, econômica do país e do mundo, cultivar as artes em geral, tanto nas suas manifestações eruditas, como nas populares, procurar contemplar todo o espetáculo humano

com um olhar desperto e crítico, tentando discernir o que é merecedor de atenção especial do que é corriqueiro.

PORTUGUÊS

A prova escrita de Português constará de leitura, compreensão e análise de um ou mais textos literários, jornalísticos, informativos ou científicos, para elaboração de resumo com a extensão de 200 a 250 palavras (valor de 40 pontos), e de redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 450 a 600 palavras (valor de 60 pontos). Serão avaliadas a adequação, a relevância e estruturação das idéias desenvolvidas nos textos, bem como a correção gramatical e a propriedade da linguagem escrita, de modo a aferir a capacidade de inteligência e de produção de textos escritos de acordo com os padrões da norma culta da língua portuguesa.

Programa:

1. Conceitos básicos da ciência lingüística: língua e fala; sincronia e diacronia; sistema, norma e uso; variação lingüística; dialeto e registro; modalidade falada e modalidade escrita; a noção de erro; contexto e discurso; funções da linguagem.
2. Inteligência e produção de textos: compreensão textual; domínio da modalidade escrita e da norma culta da língua portuguesa; coesão e coerência; intertextualidade.
3. Uso, descrição e análise da língua portuguesa; fonética e fonologia; morfossintaxe; semântica; léxico; ortografia; pontuação; a língua portuguesa do Brasil.
4. Noções de estilística.

Bibliografia sugerida:

- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática da língua portuguesa, Cia. Editora Nacional, Rio de Janeiro, 1976.
- . Lições de português pela análise sintática, Padrão, Rio de Janeiro, 1977.
- BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, Aurélio. Novo dicionário da língua portuguesa, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1986.

- CAMARA JR., J. Mattoso. Dicionário de lingüística e gramática, Vozes, Petrópolis, 1977.
- CARRAHER, David W. Senso Crítico: do dia-a-dia às ciências humanas, Pioneira, São Paulo, 1983.
- CUNHA, Celso & CINTRA, L. F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1985.
- FERNANDES, Francisco. Dicionário de verbos e regimes. Editora Globo, Rio de Janeiro.
- . Dicionário de regimes de substantivos e adjetivos. Editora Globo, Rio de Janeiro.
- GARCIA, Othon M. Comunicação em prosa moderna, Fundação Getúlio Vargas, RJ, 1985.
- KURY, Adriano da Gama. 1000 perguntas: português, Editora Rio, Rio de Janeiro, 1983.
- . Ortografia, pontuação e crase, MEC, Rio de Janeiro, 1988.
- LAPA, Manuel Rodrigues. Estilística da língua portuguesa, Martins Fontes, São Paulo, 1982.
- SAVIOLI, Francisco e Fiorin, José Luiz. Manual do Candidato - Português, FUNAG, Brasília, 1995.

Exemplo de prova (concurso de 1996)

Leia os textos que se seguem.

Texto nº 1 - O Projeto Social

Durante um quarto de século, o esporte favorito dos economistas e sociólogos de esquerda, no Brasil, e de alguns *brazilianists* americanos de persuasão “liberal”,¹ foi acusar o governo da Revolução de 1964 de indiferença social, traduzida em políticas ortodoxas “de alto custo social”. Alegava-se crueldade no arrocho salarial e incompetência na invenção de processos indolores para a cura da inflação. No momento em que escrevo (1993),

¹ A palavra “liberal”, no jargão político americano, ao contrário do que sucede na América Latina e na maioria dos países europeus, é identificada com posturas governamentais assistencialistas e regulatórias. Para os republicanos, nos Estados Unidos, é expressão pejorativa, aplicada aos democratas, acusados de laxismo fiscal e paternalismo social, em contraste com o “individualismo de mercado” dos republicanos (nota do autor)

passados trinta anos, depois de vários planos “heterodoxos”, congelamentos e confiscos, estamos imersos na mais profunda recessão de nossa história, com queda brutal do salário real e vergonhosa piora na distribuição de renda. Reconhece-se, afinal, que o “custo social” da desinflação do período cartelista foi moderado. Em nenhum dos anos do ajuste 1964-67, o crescimento do PIB real foi negativo, com nível de desemprego tolerável. Reconhece-se que Castello Branco tinha um projeto social bastante racional e articulado. Os dois *leitmotifs* daquilo que se podia chamar de “projeto social” eram a *democratização das oportunidades* e a *promoção de um novo trabalhismo*.

No capítulo da *democratização das oportunidades* houve um elenco de medidas, algumas já anteriormente descritas: democratização do acesso à habitação, pelo Sistema Financeiro de Habitação; do acesso à terra pelo Estatuto da Terra; do acesso à educação por instrumentos variados, como o salário educação para o ensino primário e bolsas de estudos administradas pelos sindicatos. Na Constituição de 1967 (art.168, parág.3º, III), esboçar-se-ia um esquema racional de financiamento da educação. O ensino dos 7 aos 14 anos seria obrigatório e gratuito, na rede oficial. Nos graus superiores ao primário, substituir-se-ia o sistema de gratuidade pela concessão de bolsas de estudo para os que, demonstrando efetivo aproveitamento, provassem insuficiência de recursos. As bolsas seriam gratuitas no ensino secundário, exigindo-se posterior reembolso no caso do ensino superior.

Tudo ficou na intenção, por falta de regulamentação. A Constituição de 1988 passou, demagogicamente, ao extremo oposto: gratuidade para todos, em todos os níveis do ensino público. Mas são escassas as escolas públicas secundárias, e 75% dos universitários têm que cursar faculdades privadas!...

Roberto Campos. *A lanterna na popa: memórias*.

Texto nº 2 - Um sistema dual: os integrados e os marginalizados

Recorrendo de novo à terminologia de Dahl, seria possível dizer que há hoje no Brasil um “sistema dual”, caracterização que também se aplica ao sistema político de vários países latino-americanos. Dahl usa a expressão para descrever diferentes sistemas de poder, tais como os que existiram em Atenas, na Grécia Antiga, e no sul dos Estados Unidos até a década de 1960. A peculiaridade do “sistema dual” é a de que, para os indivíduos que estão integrados, existem mecanismos efetivos de participação e influência, ao passo que para os que ficam de fora há um regime de coerção e, em casos extremos de terror. Evidentemente, tais “sistemas” duais diferem muito entre si: um

exemplo extremo é o atual regime da África do Sul; outro, mais ameno, é o do período de Giolitti na Itália.

A atual ordem política brasileira pode ser comparada ao passado sistema italiano, especialmente no que se refere à extraordinária diferenciação *regional* de poder, existente nos dois casos. Também seria interessante comparar a sociedade brasileira à do Sul dos Estados Unidos no período anterior à década de 1960, dado o papel da escravidão na história de ambas. No entanto, o caso italiano é mais próximo, no sentido em que a dualidade do sistema baseia-se em critérios mais sociais do que raciais. Como afirmou o deputado Ulysses Guimarães no discurso citado, a miséria é uma forma de discriminação e “não há pior discriminação do que a miséria”.

Em que consiste esse “sistema dual brasileiro”? Para aqueles que estão dentro – isto é, para os grupos social e economicamente dominantes, assim como para outros segmentos organizados da sociedade – há um regime político competitivo. Talvez seja avançar muito supor que existe uma “poliarquia” para esses grupos, mas já estamos a caminho disso. Evidentemente, entre os que estão dentro contam-se segmentos organizados de trabalhadores, assim como outros setores sociais e políticos que querem democratizar o sistema e eliminar a dualidade, universalizando suas características democráticas. Para os que ficam de fora, para os marginalizados que são muito pobres e incapazes de se organizar, resta apenas tornarem-se objeto de manipulação política – em outras palavras, são tratados não como cidadãos mas como “clientes”, na acepção romana do termo. E, quando necessário, o que ocorre com frequência, são submetidos à repressão policial. Eles são livres para participar das eleições e, na realidade, a maioria o faz. Não são marginalizados por nenhum tipo de restrição institucional, mas pelas próprias condições sociais, políticas e culturais em que vivem e que os transformam em massas amorfas.

Talvez seja mais exato dizer que também eles estão dentro, só que à margem. Aqui impõe-se uma distinção muito complexa entre cidadãos e eleitores. Segundo Ulysses Guimarães, “em um país com 30.401.000 de analfabetos (...) é preciso não esquecer que a cidadania começa com a alfabetização”. Esta observação nos remete ao problema inicial da distância entre as instituições que garantem a liberdade (política) e o que diz respeito à defesa da justiça social. Não é que as eleições não tenham relevância nas decisões tomadas nos “sistemas duais”. A questão é que deles participam segmentos da população que têm pouca, ou mesmo nenhuma, possibilidade de exercer qualquer influência autônoma. A clássica frase eleitoral – “a cada homem um voto” – pressupõe a autonomia do indivíduo para expressar sua

opinião. Todavia, no Brasil, como observou o cientista político Fábio Wanderley, somente 7,5 milhões de pessoas pagam impostos, enquanto 75 milhões estão habilitados a votar. Isto significa que a cidadania eleitoral “antecipou” de certo modo a cidadania política no sentido mais amplo. Para dizer de outro modo: existem milhões de cidadãos no sentido eleitoral que, na realidade, não passam de cidadãos de segunda classe.

Aqui começamos a nos distanciar do caso norte-americano, onde, a despeito da desigualdade entre ricos e pobres, e pondo à parte a questão racial, sempre houve, pelo menos desde a época de Tocqueville, uma forte tendência à “igualdade de condições” no sentido de efetiva igualdade dos cidadãos perante a lei. Isto de forma alguma é uma mera formalidade legal, mas representa a capacidade política, cultural e social de cada cidadão para exercer os direitos garantidos pelo sistema institucional. Em uma sociedade democrática, os indivíduos pertencem a diferentes classes, o que ocasiona desigualdades sociais, mas não existem cidadãos de segunda classe, pelo menos não na magnitude registrada no Brasil (e na maioria dos países latino-americanos). Evidentemente, encontra-se situação semelhante em várias das grandes cidades dos Estados Unidos que receberam um grande número de migrantes negros sulinos nos últimos quarenta anos. Também nessas cidades os pobres constituem a grande maioria da cidadania e do eleitorado. No entanto, não é esta a situação geral do país nem de nenhuma de suas regiões.

Francisco Weffort. *Qual Democracia?*

Texto nº 3 - O Sanduíche Encantado

Era na Rua Alegre, na Aldeia Campista. Hoje, não existe mais a Rua Alegre e quase não existe mais a Aldeia Campista. Do ano, não estou bem certo. Ou 1921 ou 1923. Não, não. Vinte e dois: – foi o ano do Centenário. Agora me lembro: – 21. No ano seguinte, minha família foi morar na Tijuca, Rua Antônio dos Santos. Defronte, morava o juiz Eurico Cruz. Mas volto à Aldeia Campista. No fim da Rua Alegre, exatamente na esquina com Maxwell, estava a escola pública.

Lá, fiz todo o curso primário. Ou por outra: – não todo. Fui até o terceiro ano primário, só. Quando minha mãe me matriculou, eu estava absolutamente certo de que jamais aprenderia a ler e jamais aprenderia a escrever. E foi lá, na escolinha pobre que tinha, se tanto, oitenta alunos, foi lá que eu sofri o primeiro e definitivo trauma da minha infância. Tinha eu seis anos e, como já escrevi, era pequenino e cabeçudo como um anão de

Velasquez.

Esse trauma profundo e irreversível foi um sanduíche. Exatamente, um sanduíche. Minha família era pobre, muito pobre mesmo. Minha mãe, que foi uma das mulheres mais lindas do seu tempo, tinha de ir para a cozinha e para o tanque. Uma tarde, passou lá por casa uma amiga de minha mãe, amiga dos bons tempos do Recife. Entrou e, quando viu a nossa miséria, começou a chorar. Chorava a visita por um lado e minha mãe por outro. Até então eu não via a miséria como tal. E me considerava rico diante dos filhos da lavadeira.

(Chamava-se Dolores a amiga da minha mãe. Aí está: — Dolores.) Bem. Éramos tão pobres que eu nem sempre levava merenda para a escola. Mas no primeiro dia, e como era o primeiro dia, levei uma banana. Ninguém pode imaginar a ternura, a um só tempo agradecida e triste, com que eu a segurava. O fato de tê-la fez-me sentir um pequeno príncipe. O importante na escola não foi a escola, nem a aula, nem a professora. Foi o recreio, foi a merenda, foi a banana.

Tudo aconteceu na hora do recreio. Lá fui eu, com todos os outros, para o pátio. Tenho seis anos e vou comer uma banana. Aos seis anos, ninguém come uma banana com uma fulminante voracidade. No meu tempo, as crianças primeiro a lambiam. Chupava-se a banana como, hoje, o chica-bom. Eu estou descascando, radiante, a banana. E, súbito, paro. Na minha frente está um garoto, de cabelo à nazareno. Traz a merenda num papel amarrado com barbante, prateado ou dourado. Desfaz o nó sem pressa. Desembrulha. E lá estava, simplesmente, o sanduíche de ovo, o único sanduíche de ovo de todo o recreio.

(Já contei este episódio umas dez vezes. Mas entendam: — reescrevê-lo dá-me uma desesperada euforia.) O garoto está à minha frente e não tira os olhos de mim (por minha vez, também não tiro os olhos dele). Ali começou a vergonha, ali começou a humilhação da banana. Uma professora apareceu e, por um momento, até invejou aquele afrontoso pão com ovo. Outros meninos, outras meninas olhavam também. Uma menina tinha uma lata pequena de biscoito. Mas a latinha perdeu longe para o sanduíche. A professora passou outra vez. Uma tristeza turvou o seu olhar. Tristeza e, mesmo, ressentimento por não estar comendo o pão com ovo. Digo isso e não sei se estou tecendo uma cruel fantasia retrospectiva. E, não contente, o menino deixava escorregar a gema como uma baba amarela. Era, como já escrevi, o trauma. Digo trauma e não lhe ponho um T maiúsculo por um certo pudor estilístico.

Ora, depois disso, aconteceu o diabo. Dias, meses, anos já fluíram

para a eternidade. Houve a guerra, Hiroxima. Mas a alma lá continua reservada, intata, indiferente ao tempo e à bomba atômica. Escrevo isso e paro de bater a máquina.

Nelson Rodrigues. *O Reacionário: memórias e confissões.*



Elabore um resumo do Texto 2, com extensão de 200 a 250 palavras (valor: 40 pontos).

Desenvolva o tema que se segue, em dissertação de 450 a 600 palavras (valor: 60 pontos): Democracia e desigualdade

Exemplo de resumo

Maurício Fernando Dias Fávero (37/40)

No excerto "*Um sistema dual: os integrados e os marginalizados*", da obra *Qual Democracia?*, Francisco Weffort descreve o sistema político brasileiro como "sistema dual", salientando as condições sociais que determinam a marginalização política de parcela significativa da população do país.

À luz da terminologia de Dahl, Weffort aponta a existência, no Brasil, de sistema político dual. Esse sistema caracteriza-se, por um lado, como regime efetivo de participação política para os indivíduos socialmente integrados e, por outro, como regime de exclusão e de coerção para as pessoas marginalizadas.

Weffort sublinha que a marginalização político-social radica-se sobretudo, em causas sociais. Tais causas, na opinião do autor, originam-se da diferenciação regional de poder e de herança escravocrata do Brasil. A situação de marginalização em apreço propicia a manipulação eleitoral da população pobre e desinformada, cuja situação - lembra o autor - é determinada pelas condições de empobrecimento social, político e cultural em que se encontra.

Em seguida, Weffort adverte que a educação constitui fator responsável pela distinção entre cidadão e eleitor. A cidadania eleitoral, assevera o autor, não garante cidadania política, que, por seu turno, é mais abrangente e exercida de modo autônomo. Ao contrário dos Estados Unidos, assinala Weffort, o Brasil não oferece igualdade de oportunidades à maioria da população, relegando expressivo número de brasileiros, à semelhança da maioria dos latino-americanos, ao exercício de cidadania de segunda classe:

socialmente dependente e politicamente manipulável.

Exemplo de redação

Cláudia de Borba Maciel - (54/60)

A democracia está morta, vida longa à democracia! A euforia que se seguiu à queda do Muro de Berlim, com a proclamação da democracia e do mercado como valores universais, cedeu lugar à frustração pelo aprofundamento das desigualdades sociais e econômicas, tanto entre países como entre indivíduos. A vitalidade da democracia dependerá, portanto, da capacidade de criar novos mecanismos institucionais que reduzam a desigualdade, preservando a diversidade característica do mundo pós-moderno.

A tensão entre democracia e desigualdade remonta às origens da democracia moderna, entendida a partir da tradição revolucionária francesa ou da Revolução Americana. A primeira repousa na concepção de Rousseau sobre a "vontade geral" e a soberania popular. Os indivíduos são fundamentalmente iguais em direitos e virtuosos e racionais quanto aos recursos morais. A vontade geral é uma construção coletiva que se manifesta de forma soberana, indivisível, infalível e não-delegável.

A tradição liberal inaugurada por John Locke baseia-se na desigualdade original entre os homens. O bem comum é alcançado pela soma dos interesses individuais, sintetizada no conceito de "busca da felicidade". O princípio da representatividade e os esquemas institucionais de controle e equilíbrio ("checks and balances") são a base do sistema político, e não as qualidades morais do indivíduo.

Ao retomar a temática de Tocqueville sobre as restrições que a igualdade política impõe à liberdade na democracia americana, Robert Dahl propõe o modelo da "democracia econômica". O autor critica o "capitalismo de sociedade anônima" dos Estados Unidos, no qual a administração das corporações é centralizado e distante dos interesses sociais. A democracia econômica de Dahl introduz mecanismos de participação dos trabalhadores na gestão das empresas, de forma a incorporar elementos de igualdade política à esfera da liberdade econômica. Assim, o clássico dilema americano entre a máxima liberdade de propriedade e o ideal da plena igualdade seria relativizado.

De outra perspectiva, a crítica de Claus Offe caracteriza a alienação política como principal efeito da crise da democracia representativa. O crescente

distanciamento entre eleitor e político conduz ao absenteísmo e mesmo ao cinismo em relação à política. A solução tentativa de Offe seria transferir a ênfase do processo político do momento de formação da vontade, seja ela um ente coletivo ou a soma de interesses particulares para a deliberação, ou seja, o voto.

Assim, a construção de mecanismos institucionais que busquem melhorar a qualidade do voto é preferível à extensão quantitativa do sufrágio. Liberar os cidadãos das restrições econômicas e culturais é tarefa fundamental para o aperfeiçoamento da democracia.

Considerados estes argumentos, deduz-se que restam recursos à democracia para responder ao desafio da desigualdade. É saudável, também, em um mundo pós-industrial em que as identidades são cada vez mais afirmadas "pelo que somos e não pelo que fazemos" (conforme Alain Touraine), preservar o espaço político para a desigualdade, entendida não como exclusão, mas como diversidade. A democracia, com todas as suas imperfeições, permanece "a pior forma de governo - com exceção de todas as outras", como ensinou Winston Churchill.

Orientação para estudo

No exame de português, afere-se a capacidade que o candidato possui de entender, isto é, de ler, de compreender e de criticar textos escritos pertencentes às diversas variedades da língua portuguesa, de modo a produzir um resumo e uma redação com objetividade, clareza, precisão e concisão, de acordo com os padrões da norma culta do idioma.

A prova implica o recurso progressivo às chamadas capacidades cognitivas do indivíduo. Isso significa que é necessário apreender, compreender e analisar os textos selecionados pela Banca Examinadora, por meio das etapas de leitura exploratória, informativa, e seletiva, que constituem a inteligência dos textos. Em seguida, deve-se aplicar o que foi lido às experiências pessoais, quando se levam em conta aspectos como o interdiscurso, ou seja, a relação entre as várias situações de comunicação de que participa o indivíduo, e a intertextualidade - a relação entre todos os textos que o candidato já leu, incluindo os apresentados na prova. Só então o candidato estará preparado para sintetizar o que leu e produzir o resumo.

Na elaboração do resumo, é conveniente que o candidato trate a questão como se fora uma notícia sobre o assunto, dando-lhe estrutura em parágrafos, no primeiro dos quais o texto do resumo é contextualizado em

relação ao texto ou textos originais: nele indicam-se o tema geral, os autores, as fontes bibliográficas e demais circunstâncias relevantes.

O gênero do resumo é o da prosa expositiva; o resumo de uma narrativa ou de um poema, por exemplo, não deve ser redigido nestes gêneros, mas em forma de relato ou de descrição do assunto ou fato. Além disso, o resumo não pode incluir dados ou interpretações que não constem nos originais. Cabe recordar que resumo não é paráfrase. Deve conter o que é essencial e omitir o que é acessório ou secundário. Finalmente, o resumo deverá ter extensão correspondente a um quarto do texto ou textos originais.

A capacidade de avaliação e, por último, a criatividade são requisitos para a redação sobre o tema proposto, ponto de culminância do complexo processo de domínio da língua escrita, no nível exigido pelo concurso.

Embora não se imponha preferência do estilo da redação, o candidato escreverá um pequeno ensaio, no qual deverá revelar, de modo pertinente e adequado, conhecimentos sobre o tema e desenvolvimento do pensamento crítico, o que necessariamente inclui opiniões pessoais fundamentadas no raciocínio lógico. As idéias identificadas nos textos transcritos na prova devem funcionar como elementos motivadores da produção textual.

Tanto no resumo quanto na redação, o candidato deverá evidenciar pleno domínio da modalidade culta da língua portuguesa.

INGLÊS

A prova escrita de inglês constará de duas partes: redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de 400 a 500 palavras (valor: 60 pontos), e versão de um ou mais textos (valor: 40 pontos).

Bibliografia sugerida:

1. For vocabulary and general information, three weekly magazines are readily available in most large Brazilian towns:

Time Magazine;

Newsweek;

The Economist.

Since articles in these magazines frequently cover the same topics as Brazilian magazines such as *Isto É*, *Veja*, and *Exame*, prospective candidates may find it helpful to compare texts on similar issues.

2. Basic reference works:

- 2.1. English dictionaries:

The Longman Dictionary of Contemporary English, Longman, London.

The Oxford Advanced Learner's Dictionary of Current English, Oxford University Press, Oxford.

The Concise Oxford Dictionary, Oxford University Press, Oxford.
Webster's Collegiate Dictionary.

The Random House College Dictionary, Random House, New York.
Language Activator, Longman, London.

Roget's Thesaurus, Longman, London.

- 2.2. Translation dictionaries:

HOUAISS, A. *Dicionário Inglês-Português*, Record, Rio de Janeiro.

TAYLOR, J.L. *Portuguese-English Dictionary*, Record, Rio de Janeiro.

Novo Michaelis: *Inglês-Português, Português-Inglês*, Melhoramentos, São Paulo.

2.3. Grammar & Usage:

FRANK, M. *Modern English*, Englewood-Cliffs, Prentice Hall [Plus the useful accompanying exercise books].

SANTOS, Agenor Soares dos. *Guia Prático da Tradução Inglesa*, Cultrix, São Paulo.

SWAN, M. *A Practical English Usage*, Oxford University Press, Oxford.

THOMPSON, A.J. & MARTINET, A. V. *A Practical English Grammar*, Oxford University Press, Oxford.

Comprehensive Grammar of the English Language, Longman, London.

3. Larger reference works:

Oxford English Dictionary, Oxford University Press, Oxford.

Webster's Third International Dictionary.

The Random House Dictionary of the English Language,
Random House Inc, New York.

Temas de redação de concursos anteriores**1991**

"Throughout history the political influence of nations has been roughly correlative to their military power. While States might differ in the moral worth and prestige of their institutions, diplomatic skill could augment but never substitute for military strength. In the final reckoning, weakness has invariably tempted aggression and impudence brings abdication of policy in its train. Some lesser countries have played significant roles on the world scale for brief periods, but only when they were acting in the secure framework of an international equilibrium. The balance of power, a concept much maligned in American political writing - rarely used without being preceded by the pejorative 'outdated' - has in fact been the precondition of peace. A calculus of power of course, is only the beginning of policy; it cannot be its sole purpose. The fact remains that without strength even the most elevated purpose risks being overwhelmed by the dictates of others".

Henry Kissinger, *White House Years*.

1992

Negotiation has been defined as a form of interaction through which

individuals, organizations and governments explicitly try to arrange (or pretend to do so) a new combination of their common and conflicting interests.

Write a dissertation on negotiation, highlighting its role in diplomacy.

1993

"Science is the search for truth - it is not a game in which one tries to beat his opponent, to do harm to others. We need to have the spirit of science in international affairs, to make the conduct of international affairs the effort to find the right solution, the just solution of international problems, not the effort by each nation to get the better of other nations, to do harm to them when it is possible."

(Linus Carl Pauling)

1994

"Two cheers for democracy: one because it admits variety and two because it permits criticism".

1995

"When I am abroad, I always make it a rule never to criticise or attack the government of my own country. I make up for lost time when I come back."

Exemplo de redação (concurso de 1996)

1 - Composition: Comment on the following quotation:

"Colonies do not cease to be colonies because they are independent".

Benjamin Disraeli

Leonardo Cleaver de Athayde (58,5/60 pontos)

In stating that colonies do not cease to be colonies once they have gained nominal independence, Benjamin Disraeli posits the well-known and commonly asserted notion that peoples legally freed from their colonial overlords remain subservient to them in the economic and cultural spheres, in which case political autonomy does not translate into effective autonomy. Though history has often corroborated this view, in the current world order, increasingly characterized by multilateralism and the interdependence of

states at all levels, one may question whether even the proposed dichotomy between Center and Periphery is still relevant.

In the 19th and 20th centuries, peoples from the Americas, Africa, the Middle East, Asia and Southeast Europe have been gradually granted political freedom from the Great Powers that have governed them. However, until recently, it has been natural to speak of neocolonialism: the idea that colonies, now independent, remain tied to their former imperial lords in the economic and cultural realms and are, as a result, unable to exercise national sovereignty in the fullest sense of the word. Spheres of influence replace colonies and the centers of greatest capitalist wealth continue to dictate the workings of the international order.

The international history of the past two centuries confirms the paradigm to a substantial degree. For example, it has been argued that the international division of labor relegated most of Latin America, in the wake of its independence, to a position of subordination relative to the industrial North, thereby hampering the newly-freed continent's attempts at economic modernization. Much the same has been argued for the remainder of the developing world during the process of decolonization that followed the end of World War II.

In the current world order, however, globalist forces increase the interdependence of states at all levels. It is questionable whether one may still speak of an anarchic state system, where the centers of global wealth dominate the international agenda and often lord it over weaker nations. As, for example, countries in East Asia and Latin America, the world's two fastest growing regions at the present time, develop their economies and converge to the level of the so-called Great Powers, it is tempting to envision a not-so-distant future when multilateralism, international cooperation and world peace are the norm rather than mere utopic notions.

Hence, in the past, newly-independent colonies have arguably remained subject to their former imperial lords economically, culturally or otherwise. Today, in a world scenario of strengthened multilateralism and international cooperation, it is not unreasonable to entertain the notion that we currently live in a world where international law shall gradually vanquish all the forces of imperialism that held sway over the anarchic state system of the past.

Exemplo de resumo

2. Translate into English:

Darcy Ribeiro

(Adaptado de *O Povo Brasileiro*, 1995)

Os negros do Brasil, trazidos principalmente da costa ocidental da África, foram capturados meio ao acaso nas centenas de povos tribais que falavam dialetos e línguas não inteligíveis uns aos outros. A África era, então, como ainda o é hoje, em larga medida, uma imensa Babel de línguas. Embora mais homogêneos no plano da cultura, os africanos variavam também largamente nessa esfera. Tudo isso fazia com que a uniformidade racial não correspondesse a uma unidade lingüístico-cultural que ensejasse uma unificação, quando os negros se encontraram submetidos todos à escravidão. A própria religião, que hoje, após ser trabalhada por gerações e gerações, constituiu-se uma expressão da consciência negra, em lugar de unificá-los, então, os desunía. Foi até utilizada como fator de discórdia.

A diversidade lingüística e cultural dos contingentes negros introduzidos no Brasil, somada a essas hostilidades recíprocas que eles traziam da África e à política de evitar a concentração de escravos oriundos de uma mesma etnia, nas mesmas propriedades, e até nos mesmos navios negreiros, impediu a formação de núcleos solidários entre os escravos.

Encontrando-se dispersos na terra nova, ao lado de outros escravos, seus iguais na cor e na condição, mas diferentes na língua, na identificação tribal e freqüentemente hostis pelos referidos conflitos de origem, os negros foram compelidos a incorporar-se passivamente ao universo cultural da nova sociedade.

Leonardo Cleaver de Athayde (39/40)

The Brazilian negroes, brought principally from the west coast of Africa, were captured somewhat at random amid the hundreds of tribal peoples that spoke mutually unintelligible dialects and languages. Africa was then, as it still is today, mostly an immense linguistic Babel. Though more homogeneous with respect to culture, the Africans differed greatly in that sphere as well. As a result, the racial uniformity was not matched by a linguistic and cultural identity that would have allowed the negroes to unite when they found

themselves subject to slavery. Their own religion, which, having been worked upon generation after generation, has today become an expression of black consciousness, divided rather than united them back then. It was even used as a means to sow disagreement.

The linguistic and cultural diversity of the blacks brought to Brazil, added to the mutual hostilities inherited from Africa and to the policy of avoiding the concentration of slaves of the same ethnicity in the same properties, or even in the same slave ships, prevented the formation of solidary nuclei among the slaves.

Finding themselves dispersed in the new land, along with other slaves similar to them in color and condition, yet different in language and tribal identity and frequently hostile to them as a result of the abovementioned conflicts, the negroes were compelled to join passively the cultural universe of the new society.

Orientação para estudo

- Composition

The examiners expect advanced knowledge of English and an ability to put it to effective use in a well-planned composition. There are 60 marks for the composition, allocated as follows:

Grammatical accuracy (30 marks): Here the examiners assess the correctness of the writing. One mark is deducted for each serious mistake and half a mark for each minor slip (including punctuation) or spelling mistake. Candidates scoring zero in this section through weak command of English will normally score zero for the entire composition.

Plan and development of ideas (15 marks): There are three main considerations here:

- 1) the candidate's ability to think clearly and express himself logically in English;
- 2) the relevance of ideas to the subject of the composition; and
- 3) appropriate paragraphing.

Candidates should aim to make their composition as interesting as possible. Although the examiners cannot demand novel ideas as one of their

main criteria, they are likely to be favourably impressed by genuine originality. Passages which appear to have been learnt by heart purely for the purpose of the examination may well be penalized.

Quality of language (15 marks): Marks are awarded under this item on a positive basis for items of good idiomatic English, sophisticated constructions and a display of broad-ranging vocabulary.

Candidates who merely write correct English at a very elementary level may score zero in this section.

- Translation

The examiners are looking for a correct, natural rendition in English of a text in Portuguese, points being deducted for both grammatical errors and bad style, should the latter interfere with the reading of the text.

Prova oral Guidelines

The Oral Exam consists of an interview in which the candidate is examined on a text distributed and prepared shortly beforehand. As part of the exam, the candidate is required to make an oral summary of the text **in his own words**. The summary should take only **one or two minutes** and demonstrate the candidate's comprehension of the text, grasp of the subject and capacity to distinguish between main features and details. The summary is to be made without direct reference to the text. Although candidates may make notes as an *aide-mémoire*, they are strongly recommended not simply to read from them. The marks for the orals will be allocated as follows:

I - FLUENCY	Pronunciation & Diction	15
	Ability to Communicate	15
	Subtotal:	30
II - LANGUAGE	Grammar & Usage	20
	Quality of Language	10
	Subtotal:	30
III - CONTENT	Ability to Discuss Topic	20
	Comprehension of Text	10
	Summary	10
	Subtotal:	40
	TOTAL:	100

Orientação para o exame oral

At the oral examination, candidates are assessed on diction, pronunciation, fluency, grammatical accuracy, vocabulary, and ability to comprehend the text and discuss the topics, and communicate.

QUESTÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS

A prova é oral e tem por objetivo verificar o conhecimento dos antecedentes e da atualidade dos temas internacionais correntes.

A Banca Examinadora valorizará particularmente o tratamento que ressalte os interesses e a visão brasileiros em relação aos temas.

Na arguição, será igualmente avaliada a capacidade do candidato de analisar, organizar e expor o tema. A estrutura da exposição, a articulação e a apresentação pessoal do candidato serão tomadas em conta na aferição da nota do candidato.

O candidato sorteará três pontos e terá 15 (quinze) minutos para escolher e preparar sua exposição sobre um deles. A exposição deverá ser de 10 (dez) minutos, seguida de perguntas da Banca Examinadora sobre os três temas sorteados.

Exemplos de temas para a prova oral

Os tópicos listados abaixo são apenas exemplificativos. O candidato deve estar preparado para discorrer sobre quaisquer fatos ou fenômenos relevantes da atualidade internacional. Para tanto, é recomendável a leitura habitual de jornais e periódicos. O conhecimento jornalístico dos temas não é, porém, suficiente. A preparação para a prova demanda leitura refletida de obras de especialistas em matéria de relações internacionais, bem como de documentos e textos oficiais de política externa, incluindo discursos, pronunciamentos e conferências de autoridades brasileiras.

Cada um dos temas mencionados a seguir deve ser relacionado com os interesses brasileiros no assunto.

1. O cenário mundial pós-Guerra Fria. Repercussões nos domínios da política, da economia e dos valores.
2. A globalização e a regionalização.
3. A agenda social das Nações Unidas. Os novos temas globais.
4. O meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.
5. Desarmamento, não-proliferação e acesso a tecnologias sensíveis.

6. O entorno regional. Aspectos políticos e econômicos da questão da integração.
7. O processo de consolidação do MERCOSUL: ampliação, relacionamento com UE e NAFTA.
8. A integração hemisférica.
9. Vínculos entre comércio, direitos do trabalhador e medidas ambientais.
10. Os temas econômicos centrais da política externa do Governo Fernando Henrique Cardoso.
11. A OMC e a operacionalização dos resultados da Rodada Uruguai.
12. Relação entre dívida externa, comércio internacional e investimentos estrangeiros.
13. Eficácia e legalidade das sanções internacionais como instrumento de política externa.
14. As relações com os EUA.
15. As relações com a UE.
16. As relações bilaterais com o Japão.
17. As relações com a Argentina.
18. As relações com a Ásia-Pacífico.
19. Os países continentais: China, Índia e Rússia.
20. As relações com a África.
21. O processo de paz no Oriente Médio.
22. As relações com os países desenvolvidos: o caso da OCDE.
23. As relações com os países em desenvolvimento: a UNCTAD.
24. A reforma das Nações Unidas.
25. Os foros políticos e econômicos de consulta e concentração: o Grupo do Rio, o Grupo dos 15, a Conferência Ibero-Americana, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.
26. A proteção e a assistência aos cidadãos brasileiros no exterior: a diplomacia consular.
27. As migrações e suas repercussões nas relações internacionais.
28. A diplomacia presidencial.
29. A diplomacia pública. Cidadania e política externa.
30. A diplomacia federativa.

Bibliografia sugerida

a) Livros ²:

- ARON, Raymond. Guerra e Paz entre as Nações, Editora da UNB, Brasília, 1983.
- FONSECA Jr., Gelson e Carneiro Leão, Valdemar (orgs.). Temas de Política Externa Brasileira, FUNAG/ Ed. Ática, Brasília, 1989.
- FONSECA Jr., Gelson e Nabuco de Castro, Sérgio (orgs.). Temas de Política Externa Brasileira II (2 vol.), FUNAG/ Paz e Terra, Brasília, 1994.
- HOBBSBAWM, Eric. A Era dos Extremos, Cia das Letras, São Paulo, 1995.
- KISSINGER, Henry. Diplomacy, Simon & Schuster, London-New York, 94.
- MAGNOLI, Demétrio. Manual do Candidato - Questões Internacionais Contemporâneas, FUNAG, Brasília, 1995.
- MORGENTHAU, Hans J. Politics among Nations: The Struggle for Power and Peace, Alfred Knopf, New York.
- RICUPERO, Rubens. Visões do Brasil: ensaio sobre a história e a inserção internacional do Brasil. Rio de Janeiro, Record, 1995.
- SEIXAS CORREIA, Luiz Felipe de (organizador, autor do prefácio e dos comentários). A Palavra do Brasil nas Nações Unidas (1946-1995), FUNAG, Brasília, 1995.
- WEISS, Th. G., Forsythe, D.P., e Coate, R. A. The United Nations and Changing World Politics, Westview Press, Boulder/San Francisco-Oxford, 1994.

b) Artigos

- BARBOSA, Rubens Antonio. "O Brasil e suas opções internacionais", in Política Externa, vol.3, nº 3, 1994-1995.
- FONSECA Jr., Gelson. "Aspectos da teoria das relações internacionais", in Política Externa, vol. 3, nº 3, 1994-1995.

Além da bibliografia acima sugerida, recomendam-se as publicações do IPRI/ FUNAG na *Coleção Política Externa* e os *Cadernos do IPRI* (Instituto

² As publicações do IPRI/ FUNAG podem ser adquiridas (inclusive por via postal) no seguinte endereço:

Fundação Alexandre de Gusmão - Ministério das Relações Exteriores - Anexo 2 - Térreo - 70170-900 Brasília, DF

de Pesquisas em Relações Internacionais).

É aconselhável que o candidato leia regularmente periódicos especializados em relações internacionais, notadamente as revistas *Foreign Affairs* e *Política Externa* (Paz e Terra, São Paulo). Outras publicações recomendadas: *Le Monde Diplomatique*, *Carta Internacional* (USP/ FINEP/ FUNAG, São Paulo), *Contexto Internacional*.

Sugere-se, ainda, a leitura da *Resenha de Política Exterior do Brasil*, publicação trimestral do Centro de Documentação do Ministério das Relações Exteriores, na qual estão consignados atos internacionais, discursos, comunicados conjuntos e outros documentos oficiais. A resenha é encontrada em bibliotecas públicas e universitárias.

Alguns dos títulos sugeridos na bibliografia não tem tradução para o português. A revista *Foreign Affairs* publica anúncios de serviços especializados no envio de livros (de quaisquer editores) a todas as partes do mundo.

HISTÓRIA

A prova de História constará de cinco dissertações, de curta extensão, e três das quais tratarão do Brasil.

A) HISTÓRIA DO BRASIL

Programa:

1. A independência e seus antecedentes: a situação política européia e a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil. A influência das idéias liberais e suas principais manifestações. O Brasil, sede da Monarquia Portuguesa: problemas econômicos, sociais e administrativos. A política externa. O Constitucionalismo português e a Independência do Brasil.
2. O Brasil Imperial - Política e Administração: a Constituição de 1824. A evolução dos partidos políticos. Os movimentos políticos e suas influências sócio-econômicas.
3. O Brasil Imperial - Economia: a estrutura econômica. A política econômico-financeira do Império até 1844. O protecionismo alfandegário e suas conseqüências. A mão-de-obra: o braço escravo, o trabalhador assalariado.
4. O Brasil Imperial - Sociedade e Cultura: a população. A estrutura social. Vida cultural.
5. O Brasil Imperial - Política Externa: o reconhecimento da independência. Os problemas platinos. As fronteiras. Questões com a Inglaterra.
6. O advento da República: as crises no fim do Império. A questão religiosa, as questões militares e a abolição da escravatura. O Partido Republicano: suas idéias e ações. O Positivismo.
7. O Brasil Republicano - Política e Administração:
 - a) A Primeira República (1889-1930) - O Governo provisório. A Constituição de 1891. A Emenda Constitucional de 1926. A Revolução de 1930.
 - b) A Segunda República (a partir de 1930) - O Constitucionalismo de 1932. A Constituição de 1934. O Estado Novo e a Constituição de 1937. A

redemocratização e a Constituição de 1946. A Constituição de 1967. A Constituição de 1988.

8. O Brasil Republicano - Economia:

a) A Primeira República (1889-1930) - A Estrutura econômico-financeira, as heranças imperiais e as modificações trazidas pela Primeira República. A crise de 1929 e suas consequências.

b) A Segunda República (a partir de 1930) - A industrialização. A política de desenvolvimento após a Segunda Guerra Mundial.

9. O Brasil Republicano - Sociedade e cultura: a população, a expansão demográfica, a imigração e a colonização, as migrações internas e a urbanização. A estrutura social. A legislação trabalhista.

10. O Brasil Republicano - Política Externa:

a) A Primeira República (1889-1930) - o reconhecimento da República e os problemas diplomáticos até 1898. A obra do Barão do Rio Branco. O Brasil e o Pan-americanismo. A Primeira Guerra Mundial e o Brasil na Liga das Nações.

b) A Segunda República (a partir de 1930) - a política externa do Brasil. A Segunda Guerra Mundial. O Brasil e a ONU. O Brasil e a OEA.

11. Transformações na formação social brasileira a partir dos anos 60:

a) A conjuntura que precedeu 64 e as alterações decorrentes da mobilização político-militar.

b) O período 1964-1985. Os governos militares. Sociedade e política. O modelo tecnoburocrático capitalista e as diretrizes econômicas. Os atos institucionais. A ideologia da Segurança Nacional.

B) HISTÓRIA MUNDIAL CONTEMPORÂNEA

Programa:

1. Estruturas e idéias econômicas

Da Revolução Industrial ao capitalismo organizado: séculos XVIII a XX. Características gerais e principais fases do desenvolvimento capitalista (desde aproximadamente 1780). Principais idéias econômicas: da fisiocracia ao liberalismo. Marxismo. As crises e os mecanismos anti-crise: a Crise de 1929 e o "New Deal". A prosperidade no segundo pós-guerra. O "Welfare State" e sua crise. O Pós-Fordismo e a acumulação flexível.

2. Revoluções

As revoluções burguesas. Processos de independência na América.

Conceitos e características gerais das revoluções contemporâneas. Movimentos operários: luditas, cartistas e "Trade Unions". Anarquismo. Socialismo. Revoluções no século XX: Rússia e China. Movimentos revolucionários na América Latina: os casos do México e de Cuba.

3. As Relações internacionais

Modelos e interpretações. O Concerto Europeu e sua crise (1815-1918); do Congresso de Viena à Santa Aliança e à Quádrupla Aliança, os pontos de ruptura, os sistemas de Bismarck, as Alianças e a diplomacia secreta. As rivalidades coloniais. A Questão balcânica (incluindo antecedentes e desenvolvimento recente). Causas da Primeira Guerra Mundial. Os 14 pontos de Wilson. A Paz de Versalhes e a ordem mundial resultante (1919-1939). A Liga das nações. A "teoria dos dois campos" e a coexistência pacífica. As causas da Segunda Guerra Mundial. As conferências de Moscou, Teerã, Ialta, Potsdam e São Francisco e a ordem mundial decorrente. Bretton Woods. O Plano Marshall. A Organização das Nações Unidas. A Guerra Fria: a noção de bipolaridade (de Truman a Nixon). Os conflitos localizados. A "détente". A "segunda Guerra Fria" (Reagan-Bush). A crise e desagregação do bloco soviético.

4. Colonialismo, imperialismo, políticas de dominação

O fim do colonialismo do Antigo Regime. A nova expansão européia. Os debates acerca da natureza do Imperialismo. A partilha da África e da Ásia. O processo de dominação e a reação na Índia, China e Japão. A descolonização. A Conferência de Bandung. O Não-Alinhamento. O conceito de Terceiro Mundo.

5. A evolução política e econômica nas Américas

A expansão territorial nos EUA. A Guerra de Secessão. A constituição das identidades nacionais e dos Estados na América Latina. A doutrina Monroe e sua aplicação. A política externa dos EUA na América Latina. O Pan-americanismo. A OEA e o Tratado do Rio de Janeiro.

6. Idéias e regimes políticos

Grandes correntes ideológicas da política no século XIX: liberalismo e nacionalismo. A construção dos Estados nacionais: a Alemanha e a Itália. Grandes correntes ideológicas da política no século XX: democracia, fascismo, comunismo. Ditaduras e regimes fascistas. O novo nacionalismo e a questão do fundamentalismo contemporâneo.

Bibliografia sugerida:

A) História do Brasil:

- ADORNO, Sérgio. Os aprendizes do poder. O bacharelismo liberal na política brasileira. Paz e Terra, Rio, 1988.
- CAMPOS, Flávio e Dohnnikoff, Miriam. Manual do Candidato - História do Brasil, FUNAG, Brasília, 1995.
- CARONE, Edgar. A República Velha, DIFEL, São Paulo.
- . A Segunda República, DIFEL, São Paulo.
- . A Terceira República (1930-1937), DIFEL, São Paulo.
- CARVALHO, José Murilo de. A construção da Ordem: a elite imperial. Campus, Rio, 1980.
- . Teatro de sombras: a política imperial. Vértice/TUPERJ, Rio, 1988.
- CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo. História da Política Exterior do Brasil, Ática, São Paulo, 1992.
- COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia à República: momentos decisivos. Ed. Ciências Humanas, São Paulo, 1979.
- FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro, Globo, Porto Alegre, 1979.
- FAUSTO, Boris. História do Brasil, EDUSP/Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.
- FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala, Aguilar, Rio de Janeiro, 1977.
- FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1959 (1ª ed.).
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. O Brasil Monárquico: do Império à República, vol 5, da História Geral da Civilização Brasileira, Difel, São Paulo, 1972.
- e FAUSTO, Boris (organiz.). História Geral da Civilização Brasileira, DIFEL, São Paulo.
- IGLESIAS, Francisco. Trajetória Política do Brasil, Cia. das Letras, São Paulo, 1993.
- LENHARO, Alcir. A sacralização da política. Papirus, Campinas, 1986.
- LESSA, Renato. A invenção republicana. Vértice/TUPERJ, Rio, 1988.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. O tempo saquarema, Huicitec/INL, São Paulo, 1987.
- PRADO JR., Caio. História Econômica do Brasil, Brasiliense, São Paulo,

1945 (1ª ed.).

- . A Formação do Brasil contemporâneo. Brasiliense, São Paulo.
- RIDENTI, Marcelo. O fantasma da revolução brasileira, EDUNESP, São Paulo, 1993.
- SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1986.
- . Brasil: de Castelo a Tancredo, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1990.

B) História Mundial Contemporânea:

- ARENDT, Hanna. Origens do Totalitarismo, Cia. das Letras, São Paulo, 1989.
- ARRIGHI, Giovanni. O longo século XX, EDUNESP, São Paulo, 1996.
- BARRACLOUGH, G. Introdução à História Contemporânea, 4a. ed, Zahar, Rio de Janeiro, 1976.
- BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido se desmancha no ar. Cia das Letras, São Paulo, 1986.
- CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. Desenvolvimento e Dependência na América Latina, Zahar, Rio de Janeiro, 1970 (1ª edição).
- CASTAÑEDA, Jorge C. A utopia desarmada. Cia das Letras, São Paulo, 1993.
- GAY, Peter. A cultura de Weimar, Paz e Terra, Rio, 1978.
- GRENVILLE, J. A. S. A History of the World in the Twentieth Century. The Belknap Press of Harvard University Press, Cambridge, Mass., 1994.
- HALL, J. A. Powers and Liberties. the causes and consequences of the rise of the West, Penguin, London, 1992.
- HALPERIN DONGHI, Tulio. História da América Latina, Paz e Terra, São Paulo, 1975.
- HOBSBAWM, Eric. A Era das Revoluções, Paz e Terra, São Paulo, 1975.
- . A Era do Capital, Paz e Terra, São Paulo, 1977.
- . A Era dos Impérios, Paz e Terra, São Paulo, 1988.
- . Nações e nacionalismo desde 1780, Paz e Terra, Rio, 1990.
- . A Era dos Extremos, Cia. das Letras, SP, 1995.
- JOUVENEL, Bertrand de. As Origens do Estado Moderno, Zahar, Rio de Janeiro, 1979.
- MAYER, Arno. A Força da Tradição, Cia. das Letras, São Paulo, 1990.
- O'GORMAN, Edmundo. A invenção da América, UDENESP, São Paulo, 1992.

- OLIVER, Roland. *A Experiência Africana*, Zahar, Rio de Janeiro, 1994.
 RAMA, Angel. *A cidade das letras*, Brasiliense, São Paulo, 1985.
 SAID, Edward W. *Orientalismo*, Cia das Letras, São Paulo, 1990.
 VAISSE, Maurice, *Les Relations Internationales depuis 1945*, A. Collin, Paris, 1990.
 WALLERSTEIN, Immanuel. *Historical Capitalism*, Verso, London, 1993.

A título de orientação para os candidatos que desejarem aprofundar o conhecimento da matéria, ou que tiverem dificuldade em obter alguma das obras listadas acima, e procurarem leitura alternativa, sugerem-se os seguintes livros adicionais:

- BEAUD, Michel. *História do Capitalismo de 1500 a nossos dias*, Brasiliense, São Paulo, 1987.
 BERG, Eugène. *La Politique Internationale depuis 1955*, Economica, Paris.
 JOLL, James. *Europe since 1870*, Penguin Books, London, 1990.
 KAGARLITSKY, Boris. *A Desintegração do Monolito*, UNESP, São Paulo, 1991.
 MORSE, Richard. *O espelho de Próspero*, Cia das Letras, São Paulo, 1988.
 ROBERTS, J. M. *History of the World*, New edition, Penguin, London, 1990.
 PANIKKAR, K.M. *A Dominação Ocidental na Ásia*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.
 THE NEW CAMBRIDGE MODERN HISTORY (vol. 9 A 12), Cambridge University Press, Cambridge.
 THOMSON, D. *Pequena História do Mundo Contemporâneo*, Zahar, Rio de Janeiro, 1976.
 VIZENTINI, Paulo. *Da Guerra Fria à Crise (1945-1992)*, Editora Universidade, Porto Alegre, 1992.
 ————. *A Grande Crise*, Vozes, Petrópolis, 1992.

Exemplo de prova (concurso de 1996)

Responda às questões abaixo, cada uma valendo 20 pontos, com extensão máxima de duas páginas:

1. Leia atentamente os poemas abaixo e, a seguir, estabeleça uma comparação entre eles, destacando os seguintes elementos:

- a) contextualização histórica; e
- b) conflitos ideológicos.

“Minha terra tem palmeiras,
 Onde canta o Sabiá;
 As aves que aqui gorjeiam,
 não gorjeiam como lá

.....
 Não permita Deus que eu morra,
 Sem que eu volte para lá;
 Sem que desfrute os primores
 Que não encontro por cá;
 Sem qu’inda aviste as palmeiras,
 onde cante o Sabiá.”

Gonçalves Dias, “Canção do exílio” (Coimbra, 1843)

“Minha terra tem palmeiras
 Onde gorjeia o mar
 Os passarinhos daqui
 Não cantam como os de lá.

.....
 Não permita Deus que eu morra
 Sem que volte prá São Paulo
 Sem que veja a Rua 15
 E o progresso de São Paulo.”

Oswald de Andrade, “Canto de regresso à pátria”, in *Poesia Pau-Brasil* (1924)

“minha terra tem palmeiras
 onde sopra o vento forte
 da fome com medo muito
 principalmente da morte
 o lê lê lá lá

a bomba explode lá fora
 agora o que vou temer
 oh yes nós temos banana
 até pra dar e vender

o lê lê lá lá

aqui é o fim do mundo
aqui é o fim do mundo
aqui é o fim do mundo

Gilberto Gil e Torquato Neto, *Marginália II*, 1968.

Carla Rosane Zório Chelotti (20/20)

O poema "Canção do Exílio" de Gonçalves Dias nos traz uma visão do Brasil característica da incipiente identidade nacional que começava a emergir no Romantismo. O autor, insígne membro da elite jurídico-política brasileira da época, vê a pátria distante com os olhos de um europeu que tivesse encontrado na América uma espécie de Jardim das Delícias tropical. Muito da identificação romântica com o Brasil se articula, como no adocicado poema de Gonçalves Dias, em torno das exóticas belezas naturais da terra brasileira, devidamente idealizadas e despojadas de sua brutalidade.

A paródia oswaldiana da "Canção" revela a visão mais crítica e incomparavelmente mais profunda da realidade nacional que nos oferece o Modernismo. Com efeito, esse movimento é o primeiro a superar o complexo de inferioridade da cultura brasileira (profusamente expresso em teorias climáticas e racistas para explicar as supostas deficiências de nossa cultura e "travestimentos" de modelos literários europeus no período que o antecedeu), transformando as "deficiências" em valores. Aí está um Brasil índio, negro, mestiço que devora com avidez tudo o que de interessante lhe pode trazer a Europa, não para copiá-lo passivamente, mas para incorporá-lo criativamente. Esse processo é teorizado por Oswald no "Manifesto Antropofágico". Tanto esse orgulho quanto essa sede de modernidade estão intimamente ligados à pujança de São Paulo, a seu florescimento agrário e industrial e até a seu tradicional federalismo. O "progresso de São Paulo" gerará também o Modernismo que, a partir da Semana de 22, irá irradiar-se por toda a cultura brasileira.

"Marginália II", de Gil e Torquato, retoma a mesma "Canção" em 1968, quando o país se encontrava sob ditadura militar. Há no texto claras alusões à repressão política ("vento forte", "medo da morte"), bem como às violentas desigualdades sociais e regionais (fome). O contexto mundial é o da guerra fria, marcada pela ameaça de hecatombe nuclear (a bomba, porém, é, significativamente, "lá fora") e a política externa brasileira caracteriza-

se pelo alinhamento com os EUA e pela aceitação da interdependência (nem é preciso dizer que extremamente assimétrica). O sentimento de exclusão que perpassa o poema para desembocar na amarga constatação, "aqui é o fim do mundo" se expressa com sarcasmo em "oh yes nós temos banana/ até para dar e vender". Aqui o país é sub-repticiamente comparado a uma "banana republic" agroexportadora, inclusive dos frutos de seu próprio exotismo cultural (Carmen Miranda em Hollywood, convertida numa caricatura de si mesma, desfilando seus balangandãs entre gigantescas bananas de plástico). O Tropicalismo, movimento cultural em que Gil e Torquato se inseriam à época, retoma assumidamente a antropofagia oswaldiana (Caetano Veloso situa seu início na montagem de "O Rei da Vela" pelo Teatro Oficina, em 1967) para buscar a identidade nacional. Sua complexidade foi mal compreendida pelos movimentos estéticos mais engajados da época, mas o fato é que, embora o tom possa parecer mais "festivo" do que o do Modernismo, o que se expressa é freqüentemente mais amargo.

A "Canção" de Gonçalves Dias é retomada duas vezes, sempre no contexto de definição de identidade nacional. Se, nos cento e vinte e cinco anos que se escoam entre o primeiro e o último poema, as palmeiras ficaram, não há dúvida de que os ventos mudaram muito.

2. Durante todo o Império e mesmo após o advento da República, a grande maioria da população brasileira ficou à margem da vida política. Embora o liberalismo já tivesse sido implantado pelo regime imperial, podemos observar uma continuidade no dia respeito à exclusão social e política, culminando na distinção entre cidadãos ativos e cidadãos inativos ou simples. Compare as Constituições de 1824 e 1891 no diz respeito à questão da cidadania.

Francisco Eduardo Novello (20/20)

O liberalismo foi instaurado no Brasil por intermédio da Constituição de 1824. A própria forma de elaboração do instrumento constitucional, fechada a Assembléia Constituinte por determinação de D. Pedro I, foi a constituição preparada por uma comissão de notáveis e outorgada ao país pelo primeiro Imperador brasileiro.

O principal limite deste liberalismo outorgado foi, naturalmente, a escravidão. A existência desta instituição, que tornava parcela significativa da população brasileira propriedade de outra, negando-lhe inclusive o estatuto jurídico de pessoa física, privando-lhe, enfim de direitos civis e

políticos elementares, fez com que o liberalismo brasileiro deste período tivesse aspectos bastante peculiares. A evidente contradição entre a adoção oficial de uma doutrina que enfatiza os direitos civis e políticos dos cidadãos e a presença de um enorme contingente populacional privado destes direitos fazem com que alguns autores não hesitem em afirmar que o liberalismo, no Brasil, era uma ideologia "fora do lugar" (Roberto Schwarz).

Mesmo no que se refere aos indivíduos habilitados legalmente a participar do corpo político, os homens livres, o Império, no que tange à cidadania, primou pela exclusão. A política permaneceu nas mãos de uma elite de notáveis, herdeiros dos "homens bons" do partido colonial. Um momento em que isto se tornou patente foi o da crise que se seguiu à abdicação de D. Pedro I em 7 de abril de 1831, quando foi criado um espaço para a atuação política de setores populares, articulados no grupo dos "exaltados", que tem sua expressão no jornal fluminense "A Nova Luz Brasileira", e que será derrotado pelas forças da moderação.

A vitória dos setores "moderados" e, depois, o "regresso", tornarão inviável qualquer contestação do caráter excludente da legislação brasileira, pautada na distinção entre cidadãos ativos e inativos, com base em critérios censitários. O reduzido grau de participação popular na política mantém-se ao longo de todo o Segundo Reinado, criando um ambiente político que torna explicável o fato do povo ter assistido "bestializado" à proclamação da república.

O advento do regime republicano, embora tenha representado o fim dos critérios censitários, não permitiu uma ampliação significativa da participação popular no processo político brasileiro. A existência de outros critérios restritivos, como a alfabetização, por exemplo, além, nunca é demais recordar, da exclusão das mulheres da política pela inexistência do sufrágio feminino, manteve amplos setores da população brasileira à margem do sistema político. Como no Império, as revoltas, como as manifestações messiânicas de Canudos e do Contestado, ou a da vacina no Rio de Janeiro da "belle époque tropical", eram a forma que as camadas populares encontravam para manifestar suas aspirações.

A constituição de um espaço político para os setores populares, que se verificou desde o início do século XX, se deu, portanto, num quadro profundamente desfavorável. As greves gerais dos anos 10, a constituição de movimentos e partidos que expressam as demandas destes setores encontraram, desta forma, muitas dificuldades, inclusive em termos de cultura política, pois tratava-se de incluir os tradicionalmente excluídos. Processo

complexo, sujeito a avanços e retrocessos, que ainda hoje não se encerrou.

3. O termo "desenvolvimentismo" foi uma palavra-chave no vocabulário dos políticos brasileiros durante os anos 50. Explique o que foi este projeto e quais as medidas tomadas com vistas à sua implantação?

Joaquim Pedro de Oliveira Penna Coelho da Silva (20/20)

O quadro político-ideológico do Brasil nos anos 50 apresentava uma polarização entre grupos nacionalistas e grupos mais liberais. Esta realidade ideológica se refletia tanto na política partidária quanto em agremiações como o Clube Militar. Ambos os polos concordavam com a necessidade do crescimento econômico baseado na industrialização. Discordavam, porém, quanto ao grau de intervenção do Estado na economia. Os nacionalistas queriam um estado empresário forte, mais protecionismo tarifário e não-tarifário; os liberais eram mais afeitos à economia de mercado liberal. Mesmo assim, as coisas no Brasil não sendo rigorosamente definidas, estes últimos defendiam algum tipo de proteção e ajuda estatal para a industrialização.

Voltando um pouco atrás na História, a crise na primeira República havia sido uma crise do modelo agro-exportador baseado em poucos estados; e o Estado Novo uma tentativa de conciliar os interesses das burguesias cafeeira e industrial (esta nascente) com as reivindicações crescentes da população urbana média e baixa. O Estado Novo tinha forte componente nacionalista (inclusive com afinidades ideológicas com o fascismo) e iniciou um processo de modernização baseado no Estado.

Depois da Segunda Guerra (que trouxe como consequência a cooperação americana e a Companhia Siderúrgica Nacional) e, já nos anos 50, se consolida o conflito ideológico entre o Vargas populista e o partidário do "desenvolvimento autônomo" e os setores ligados à visão liberal e aos interesses americanos. A Petrobrás e a campanha "O Petróleo é nosso" seriam bons exemplos deste conflito.

A radicalização deste conflito pode ser visto como o tema principal do drama político que levou ao suicídio de Vargas, em 54. De qualquer forma, o projeto de desenvolvimento que vai se consolidando é baseado na busca de grandes taxas de crescimento da renda e do emprego, por meio de investimentos realizados por empresas multinacionais. O Estado participa com incentivos fiscais e subsídios, além de proteção tarifária. Era a idéia de "substituição de importações" que começava a se firmar.

A criação do BNDE, um banco de desenvolvimento estatal, além da atração de empresas automobilísticas multinacionais para o Brasil, podem ser apontados como marcos da política "desenvolvimentista", celebrada no slogan "50 anos em 5", de Juscelino Kubitschek. A própria idéia de interiorização do desenvolvimento, representada pela construção de Brasília, também faz parte da construção ideológica de um país progressista e dinâmico.

É bom que se diga, como comentário final, que a adoção de um modelo mais internacionalista não impedia a manutenção de estruturas produtivas estatais fortes, como a Petrobrás.

4. "As revoluções de 1848... tiveram muito em comum, não apenas pelo fato de terem ocorrido quase simultaneamente, mas também porque seus destinos estavam cruzados, todos possuíam um estilo e sentimento comuns, uma atmosfera curiosamente romântico-utópico e uma retórica similar, para os franceses inventaram a palavra **quarente-huitard**. Qualquer historiador reconhece-a imediatamente: as barbas, as gravatas esvoaçantes, os chapéus dos militantes, as bandeiras tricolores, as barricadas, o sentido inicial de libertação, de imensa esperança e confusão otimista. Era a 'primavera dos povos' - e, como a primavera, não durou".

Eric J. Hobsbawm, *A Era do Capital* (2ª ed.), Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1973, p.33.

a) Qual o significado das revoluções de 1848 ?

b) Estabeleça uma relação entre os grupos sociais envolvidos e as idéias políticas do período.

Maria Rita Silva Fontes Faria (20/20)

a) As revoluções que se espalharam pela Europa em 1848 significaram, na verdade, a eclosão de sentimentos despertados pela Revolução Francesa - difundidos pelas Guerras Napoleônicas - e "amordaçados" pelas resoluções do Congresso de Viena, em 1815. De fato, as guerras napoleônicas difundiram as idéias revolucionárias de nacionalismo e auto-determinação dos povos pelos países europeus - Napoleão chegava a preconizar reformas modernizantes em diversos desses Estados, como o ocorrido na Itália e Alemanha. A derrota de Napoleão, em 1815, no entanto, não extinguiu os

ideais revolucionários franceses e, de certa forma, esperava-se que o Congresso de Viena se nortearia pelo nacionalismo e pela autodeterminação. Este Congresso, entretanto, negligenciou os princípios revolucionários e promoveu a Restauração, baseada no princípio da legitimação do príncipe e no concerto europeu - formou-se uma espécie de "Conselho de Segurança", constituído pela Inglaterra, Rússia, Prússia, Áustria e França, responsável pela segurança e manutenção do *status quo* no mundo ocidental. A vaga restauradora abafou sentimentos nacionalistas e conseguiu manter uma paz de Cem Anos - isto é, sem conflitos entre as potências, que chegasse a desequilibrar o sistema pentagonal de equilíbrio de poder.

Os sentimentos nacionalistas, entretanto, afloram nas revoluções de 1830, que culminam na Bélgica e Grécia com sua independência - e mostram contradição entre atos das potências e os princípios restauradores da Santa Aliança.

Em 1848, em toda a Europa, com exceção da Rússia e Portugal, eclodem revoluções nacionalistas - em menor ou maior grau presentes em todos os países. Estas revoluções norteavam-se pela afirmação do nacionalismo - suscitando idéias de unificação, da liberdade, da igualdade civil, do direito à auto-determinação dos povos, do constitucionalismo. Essas idéias são vitoriosas na Revolução Francesa de 1848. Incitam à Unificação os intelectuais e burgueses italianos, que passam a se organizar em prol da Unidade Italiana; neste contexto, Mazzini surge como ideólogo romântico e revolucionário da Unificação. Em Baden forma-se a Assembléia de Frankfurt, conclamando os diversos Estados alemães à unificação. Era a "primavera dos povos" e segundo Hobsbawm, "como a primavera, não durou". De fato, a França de 1848 acaba por tornar-se, anos mais tarde, novamente um império sob a liderança de Napoleão III; as tentativas de Mazzini para a unificação italiana foram todas malogradas, sendo a unificação obtida com Vítor Emanuel II e Cavour; na Alemanha, a Assembléia de Frankfurt esvazia-se após a desintegração da efêmera aliança entre burguesia ascendente e operariado e a Unificação Alemã foi posteriormente resultado de aliança entre aristocracia e burguesia, sob a condução de Bismark.

No Brasil, 1848 foi o ano do início da maior ameaça à estabilidade do regime monárquico e à unidade territorial do País: foi o ano da Revolução Praieira, que eclodiu em Pernambuco, com idéias liberais, federativas e mesmo republicanas. A sua repressão pelo sistema monárquico coincide com o início do apogeu do Império brasileiro e fim do período de consolidação da unidade territorial.

b) *A burguesia e a classe operária - os despossuídos - foram os grupos sociais mais envolvidos nas revoluções de 1848. À classe operária, eram preciosas as idéias de liberdade e igualdade civil e de constitucionalismo, como salvaguarda ao poder arbitrário dos monarcas.*

A burguesia foi o grupo social que mais se beneficiou das reformas liberais e modernizantes difundidas pelas guerras napoleônicas e o que se viu mais prejudicado pela vaga restauradora iniciada pelo Congresso de Viena. A burguesia constituía a facção economicamente hegemônica e, assim, buscava uma representatividade e autonomia no campo político - este contexto vai ao encontro do exposto por Gramsci, que diz que a "classe hegemônica nem sempre é a classe dirigente", sendo esta a base de suas reivindicações. À burguesia interessavam os princípios do constitucionalismo, de liberdade civil, do liberalismo econômico, da Unificação das nações.

A aristocracia é envolvida nas revoluções de 1848 como instrumento condutor das mudanças - no caso da Alemanha e Itália - numa fase posterior a 1848. A aristocracia opta por orientar os sentimentos expressos em 1848, canalizando as modificações e modernizações sob sua tutela em seu benefício. Assim, outorgam constituições, promovem integração e certa liberalização econômica - utilizam-se do que é "possível" ser utilizado no rol das idéias revolucionárias, "concedendo" modernizações.

5. "Do Homem Branco o fardo a si tome -
As cruentas guerras de paz -
Encha bem a boca de Fome
E as doenças mande cessar.

.....
Faça isso com seus vivos
Com seus mortos, assinale-os!

Do Homem Branco o fardo tomaste -
E colheste para si a velha praga:
A Reprovação dos que ajudaste,
O ódio dos que guardaste."

Rudyard Kipling, "The White Man's Burden"

O poema de Rudyard Kipling é emblemático do processo de expansão neocolonialista européia a partir do século XIX.

a) caracterize os fatores que propiciaram o neocolonialismo; e

b) qual é o significado da expressão "fardo do homem branco"?

Paulo Rocha Cypriano (20/20)

a) *O neocolonialismo se desenvolve a partir das transformações capitalistas da segunda metade do século XIX e, sobretudo, do seu último quartel.*

Há um abandono progressivo das práticas econômicas liberais da livre concorrência a partir da crescente acumulação de capital e da chamada segunda Revolução Industrial. Há necessidade de investimentos cada vez mais vultuosos para manterem-se produtividade e lucro, o que em última instância, acelera o processo de concentração (oligo-monopolização) industrial e financeira. Os países industrializados adotam, concomitantemente, práticas protecionistas como combate às possibilidades de quebra de seus grandes grupos industriais e financeiros, garantindo-lhes as margens de lucros internas (que, por sua vez, garantia-lhes melhor inserção internacional, até mesmo pela prática de "dumping").

Há cada vez maior necessidade de produtividade e lucro e o esgotamento e fechamento dos mercados industrializados leva esses países a uma corrida frenética de conquista de novos mercados para suas mercadorias, para investimentos de seus capitais excedentes e obtenção de fontes renovadas de matérias-primas. Assim, a decisão política e militar da conquista neocolonialista é a consequência da necessidade de garantir ao capital as condições de estabelecimento de novos mercados, de absorção de seus investimentos (infra-estrutura, "plantations", etc.) nos países não-industrializados, sobretudo da Ásia e da África.

b) *Ora, a conquista dessas condições foi quase sempre muito violenta. A violência foi estimulada pela própria ansiedade das potências industrializadas em estabelecer seus domínios, numa concorrência acirrada que as levava a procurarem incorporar para si o máximo que pudessem ("I would annex the planet if I could", Cecil Rhodes).*

Em primeiro lugar a violência da "conquista" foi física, incluindo combates armados dos quais as populações "não-brancas" raramente poderiam sair vencedoras. A violência neocolonialista foi também uma violência econômica e social, que impôs os interesses das potências envolvidas em detrimento da agricultura e pecuária locais de subsistência, dos artesanatos locais, os quais desestruturados, liberavam mão-de-obra para

as "plantations", obras "públicas" (que, na verdade, só favoreciam o intercâmbio com as "neometrópoles"). Essa desarticulação das sociedades locais foi imposta à força, inclusive mediante a exigência de tributos individuais por parte dos "neocolonizadores", tributos que faziam com que as populações colonizadas tivessem que se assalarar para pagá-los.

Houve, paralelamente, na Europa, um forte recrudescimento do "etnocentrismo" e seis corolários racistas, como justificado à explosão neocolonialista.

GEOGRAFIA

A prova de Geografia constará de 5 (cinco) dissertações, de curta extensão, e 3 das quais tratarão do Brasil.

Programa:

- 1 - Sociedade e Espaço: o campo de reflexão da Geografia.
 - 1.1 - Espaço e valor: teorias e conceitos da Geografia Econômica.
 - 1.2 - Espaço e poder: teorias e conceitos da Geografia Política.
 - 1.3 - Espaço e tempo: teorias e conceitos da Geografia Histórica.
 - 1.4 - Espaço e representação: teorias e conceitos da Geografia Cultural.
 - 1.5 - As teorias geográficas da relação sociedade/natureza.
- 2 - A Formação Territorial do Brasil.
 - 2.1 - Macrodivisão natural do Espaço brasileiro relevo, clima, vegetação e hidrografia).
 - 2.2 - Os grandes eixos de ocupação do território e a cronologia do processo.
 - 2.3 - A definição dos limites territoriais do Brasil.
 - 2.4 - A estruturação da rede de cidades no Brasil e os processos recentes de urbanização.
 - 2.5 - O processo de industrialização e as tendências atuais da localização das indústrias no Brasil.
 - 2.6 - O processo de modernização da agricultura no Brasil e suas tendências atuais.
 - 2.7 - Regionalização e divisão inter-regional do trabalho no Brasil.
- 3 - O Brasil no Contexto Geopolítico Mundial.
 - 3.1 - O processo de globalização econômica e a divisão internacional do trabalho.
 - 3.2 - Herança colonial, condição periférica e industrialização tardia: a América Latina.
 - 3.3 - Transnacionalização da economia e globalização das relações: o período técnico-científico.
 - 3.4 - A nova ordem internacional e as tendências geopolíticas na escala

global: a formação de blocos.

3.5 - O processo de estruturação e os objetivos do MERCOSUL.

3.6 - Perspectivas de integração na bacia amazônica.

4 - A Questão Ambiental no Brasil e os Desafios do Desenvolvimento Sustentável.

4.1 - As demandas de saneamento básico e a qualidade de vida nas cidades brasileiras.

4.2 - Desmatamentos e avanços da fronteira agropecuária no Brasil.

4.3 - O meio ambiente e as políticas de ocupação da Amazônia.

4.4 - Os ecossistemas brasileiros e as principais causas de sua degradação.

4.5 - A consciência ambiental e o planejamento de usos do solo sustentáveis.

Bibliografia sugerida:

ANDRADE, Manuel Correia de. A Terra e o Homem no Nordeste, Hucitec, São Paulo, 1979.

ARAÚJO, Regina Célia. Manual do Candidato - Geografia, FUNAG, Brasília, 1995.

BECKER, Bertha. Amazônia, Ática, São Paulo, 1990.

BECKER, Bertha et alli. Geografia e meio ambiente no Brasil, Hucitec, São Paulo, 1995.

BECKER, Bertha e EGLER, Cláudio. Brasil: Uma Nova Potência Regional na Economia Mundo, Bertrand, Rio de Janeiro, 1993.

BENKO, Georges. Economia, Espaço e Globalização, Hucitec, São Paulo, 1996.

CORRÊA, Roberto Lobato. Região e Organização Espacial, Ática, São Paulo, 1986.

COSTA, Wanderley Messias da. O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil, Contexto, São Paulo, 1988.

LAVINAS, Lena et alli. Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil, Hucitec/ANPUR, São Paulo, 1993.

MORAES, Antonio Carlos R. Meio Ambiente e Ciências Humanas, Hucitec, São Paulo, 1994.

SANTOS, Milton. A Urbanização Brasileira, Ed. Hucitec, São Paulo, 1994.

SCARLATO, Francisco C. et alli. Globalização e Espaço Latino-Americano, Hucitec/ANPUR, São Paulo, 1994.

SOUZA, Maria Adélia A. Território: Globalização e Fragmentação, Hucitec, São Paulo, 1995.

A título de orientação para os candidatos que desejarem aprofundar o estudo da matéria, sugerem-se as seguintes leituras adicionais:

ANDRADE, Manuel Correia de. O Brasil e a América Latina, Contexto, São Paulo, 1989.

_____. O Desafio Ecológico, Ed. Hucitec, São Paulo, 1994.

BURSZTYN, Marcel (org.). Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável, Brasiliense, São Paulo, 1993.

CANO, Wilson. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo, Difel, São Paulo, 1977.

COSTA, Wanderley Messias da. Geografia Política e Geopolítica, Hucitec/Edusp, São Paulo, 1992.

DIEGUES, Antonio Carlos. O Mito Moderno da Natureza Intocada, Hucitec, São Paulo, 1996.

FLORENCIO, Sergio A. L. e ARAÚJO, Ernesto H. F. Mercosul Hoje, Alfa-Omega, São Paulo, 1996.

MARTIN, André Roberto. Fronteiras e Nações, Contexto, São Paulo, 1992.

MARTINE, George e GARCIA, Ronaldo. Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola, Caetés, São Paulo, 1987.

MORAES, Antonio Carlos R. Ideologias Geográficas, Hucitec, São Paulo, 1988.

_____. Geografia. Pequena História Crítica, Hucitec, São Paulo, 1982.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder, Ática, São Paulo, 1993.

SANTOS, Milton. Por uma Geografia Nova, Hucitec, SP, 1979.

_____. Metamorfose do Espaço Habitado, Hucitec, São Paulo, 1988.

SANTOS, Milton et alli. Fim de Século e Globalização, Hucitec/ANPUR, São Paulo, 1994.

SANTOS, Milton (org.). Novos Rumos da Geografia Brasileira, Hucitec, São Paulo, 1984.

SOUZA, Maria Adélia A. et alli. Natureza e Sociedade de Hoje: uma Leitura Geográfica, Hucitec/ANPUR, São Paulo, 1994.

WETTSTEIN, German. Subdesenvolvimento e Geografia, Contexto, São Paulo, 1992.

Exemplo de prova (concurso de 1996)

Cláudia de Borba Maciel (100)

Responda às questões abaixo, cada uma valendo 20 pontos, com extensão máxima de duas páginas:

1. O Brasil possui um dos mais importantes programas do mundo de produção de fontes energéticas originárias de biomassa. Tal programa conhece dificuldades na atualidade, havendo inclusive setores da sociedade que defendem sua extinção. Identifique o programa mencionado, comente seus benefícios ambientais e as dificuldades que ele enfrenta.

O Proálcool foi criado em 1975 em um contexto internacional de escassez e altos preços do petróleo causados pela articulação do cartel dos produtores, a OPEP. Concebido para aumentar a autonomia energética do Brasil e reduzir sua dependência externa de combustível, o Programa Nacional do Alcool foi uma inovação no cenário mundial de tecnologias alternativas.

O álcool combustível é produzido a partir da cana-de-açúcar; a biomassa queimada não produz dióxido de carbono, um dos principais fatores da poluição do ar das grandes cidades e apontado como causa do aquecimento global que poderia levar ao degelo das calotas polares com consequências negativas para a humanidade. O uso do álcool como combustível para motores a combustão exige a adaptação dos veículos às especificidades técnicas do produto (metanol).

Na agricultura, o Proálcool teve como consequências o deslocamento das culturas de exportação, como a soja, do interior de São Paulo para a fronteira agrícola do Norte do Paraná e Centro Oeste. Igualmente, a monocultura da cana substituiu as culturas de alimentação tradicionais e acentuou a concentração fundiária, tanto no Nordeste como em São Paulo. Intensiva em mão-de-obra, a cana-de-açúcar absorve o trabalho rural, embora privilegie o sistema "volante", que gera os bóias-frias (trabalhador que mora na pequena cidade e se desloca para o campo na colheita). Inicialmente, as usinas de processamento de açúcar serviram para produção do álcool; mais tarde, foram substituídas por grandes usinas específicas para o álcool. Os críticos do Proálcool argumentam que o preço do produto só é competitivo graças aos subsídios aos usineiros que freqüentemente têm suas dívidas perdoadas pelo governo, o que distribuiria o custo por toda a sociedade.

Argumenta-se igualmente que o resíduo da produção de álcool (o vinhoto) é altamente poluidor, e que socialmente o programa não incorpora benefícios à maior parte da área rural onde se instalam os complexos agroindustriais do álcool. Os defensores do Programa atribuem as críticas à influência das indústrias automobilísticas transnacionais, que reduziram seus custos de produção ao homogeneizar tecnicamente os motores - todos a gasolina significaria ganhos de escala. A atual fase de superprodução de petróleo e baixa de preços pode ser passageira e, embora o país já produza 60% do petróleo que consome e seja auto-suficiente em refino, a manutenção do Programa seria importante fator de segurança energética para o Brasil. O debate está em aberto, mas longe de ser previsível uma decisão.

2. O Censo de 1991 apresentou uma reversão de algumas tendências históricas, observadas há décadas no Brasil, notadamente no que se refere aos dados de demografia. Essas novidades nos movimentos populacionais relacionam-se com o comportamento locacional recente da indústria do país. Argumente a respeito da articulação de tais processos em sua manifestação no contexto metropolitano brasileiro.

O Censo de 1991 revelou queda na taxa de natalidade do país (1,9%, com tendência a 1,6% no ano 2000), o que significa também menor número de jovens na população total. Em relação ao movimento populacional, observa-se a redução dos fluxos inter-regionais, especialmente aquele do Nordeste para o Sudeste, com o aumento dos intra-regionais (do interior para as cidades médias e capitais dos Estados).

Assim, as metrópoles pararam de crescer, por queda da natalidade e das migrações.

Segundo Bertha Becker, as duas metrópoles nacionais - São Paulo, cidade mundial com 12 milhões de habitantes - e Rio de Janeiro (9 milhões) concentram 65% da indústria do país. Esboça-se, ao longo da Via Dutra, a formação da primeira megalópole brasileira. As metrópoles regionais são Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém. Goiânia e Brasília seriam metrópoles regionais incompletas. Brasília não tem produção industrial nem cinturão verde de abastecimento ("não se basta a si mesma") e ambas são ineficientes no estímulo ao desenvolvimento regional. A localização das indústrias deixou de obedecer aos padrões tradicionais de proximidade das vias de comunicação e do acesso a mercados ou matérias-primas, deslocando-se para pontos onde as vantagens

comparativas são acentuadas. Assim, a partir de certo momento, o alto preço dos terrenos e a limitação física que impede a produção em larga escala configura-se como uma "deseconomia de aglomeração", deslocando as indústrias para áreas mais afastadas das metrópoles. Surge em consequência, o anel de 100 km em torno de SP, com grandes empresas deslocando-se para Campinas, Santos, São José dos Campos. Em outros Estados, surgem núcleos industriais como Chapecó (SC) e Cascavel (PR). Os incentivos governamentais são outro fator de atração para empresas em novas áreas, como Juiz de Fora (Mercedes Benz), a Renault no Paraná e a própria Fiat em Betim um pouco antes. O esgotamento das novas fronteiras agrícolas dos anos 70 (Amazônia e Centro-Oeste) e a consolidação da industrialização da agricultura (o campo é o *locus* da produção, porém a lógica de acumulação é financeiro-industrial) também modificaram as características da distribuição demográfica no país. A queda acentuada da produção das indústrias de alimentos e têxteis foi acompanhada do crescimento dos ramos químicos e metal-mecânico, que tendem a abandonar o eixo Rio-São Paulo (ABCD), em busca de zonas de menor articulação sindical, por exemplo. O processo de industrialização tardia, porém acelerada, do Brasil gerou o fenômeno de inchaço do setor terciário (mais de 50% da população economicamente ativa). A mão-de-obra liberada pela modernização do campo (maquinaria depois quimificação) não foi absorvida pelas indústrias (intensivas em capital) e gerou grande contingente de pessoal não especializado na periferia urbana. Hoje, inverteu-se a equação demográfica dos anos 40: 76% na cidade; 25% no campo. As pequenas e médias cidades - até 100 mil habitantes - são responsáveis, porém, por grande parte da concentração urbana.

3. As disparidades regionais entre as unidades da federação constituem uma dificuldade para a implantação de políticas públicas de execução descentralizada no Brasil. Comente as diferenças existentes e as possíveis estratégias de superação dessa dificuldade, tendo em vista que a descentralização aparece como um princípio constitucional do país.

As disparidades regionais no Brasil têm sua origem no próprio processo de formação histórica do país. Desde a época colonial, os surtos de desenvolvimento eram dados por ciclos de produtos (cana, ouro, café, borracha) de localização regional específica. A industrialização iniciou-se nos anos 30, com os capitais acumulados pela economia cafeeira e deslocou

para o Sudeste o pólo dinâmico do processo.

Desde então, esta região concentra população, investimentos, malha viária, indústrias e serviços. Os "arquipélagos" industriais deram lugar a um projeto nacional de desenvolvimento com base em São Paulo (capital privado) e Rio de Janeiro (burocracia administrativa). Para fins de comparação, a divisão regional de P. Geiger parece a mais adequada por levar em conta fatores geoeconômicos e humanos, para além dos limites naturais e/ou administrativos. O Centro-Sul agrega, assim, 70% da população brasileira e exibe altos padrões de concentração industrial e urbana; o Complexo Amazônico ocupa 60% do território, mas só 11% da população fazem dele um vazio demográfico; com baixos indicadores de qualidade de vida que evidenciam o subdesenvolvimento e a miséria, ao lado do problema da seca, o Complexo Nordeste exibe índices alarmantes de mortalidade infantil e desnutrição, além do analfabetismo e desemprego. Se 60% da população brasileira recebe apenas até 2 salários mínimos mensais e 49 milhões estão abaixo da linha da pobreza, estes índices devem-se em grande parte à situação do Nordeste Brasileiro.

A recente divulgação do Relatório do IPEA para a composição do Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas confirma a profundidade do fosso entre os "3 Brasis" - Bélgica, Índia e Bulgária. Assim, enquanto o Rio Grande do Sul e Distrito Federal apresentam a melhor combinação entre renda, expectativa de vida e escolaridade, Paraíba e Piauí têm os piores índices. O Sul de Minas Gerais e Mato Grosso estariam no estágio intermediário desta classificação do PNUD. A alta concentração da renda torna o Brasil o 63º país no ranking mundial. As principais políticas públicas a exigirem ação e planejamento descentralizado são as da saúde, educação, transporte e meio ambiente. A articulação intersetorial, e entre as escalas federal, estadual e municipal, bem como o diálogo com a sociedade civil (universidades, ONGs) são fundamentais para a gestão de políticas que reduzam as disparidades regionais. O repasse pela União de certos tributos para as esferas estadual e municipal não foi acompanhado pela redivisão dos encargos; como consequência, o sistema federal de prestação de serviços públicos faliu, com resultados desastrosos para os municípios mais pobres. Assim, a reforma tributária é fundamental na estratégia de superação das disparidades regionais. A "tensão federalista", manifestada historicamente no Brasil, só pode ser superada pela redistribuição de competências na arrecadação e gestão dos recursos, balizadas por políticas de planejamento nacional que considerem as especificidades regionais. A reorientação dos

projetos da SUDENE e SUDAM, por exemplo, deveria passar pela ênfase na criação de pólos de desenvolvimento regionais e não mais na produção dirigida a mercados extrarregionais (vide exportação de capital do Amazonas - Zona Franca de Manaus para São Paulo). Os incentivos fiscais, que foram a base das políticas de fomento regional dos anos 60/70, não produziram os efeitos esperados. A descentralização tem exemplos em propostas como o orçamento participativo de Porto Alegre e permitiria melhor utilização do Fundo dos Municípios previsto pela Constituição de 88.

4. O capítulo 9 da "Agenda 21", sobre a atmosfera, fala das "responsabilidades comuns, porém diferenciadas" dos países membros da Organização das Nações Unidas em face do aquecimento global e de outras alterações climáticas. Comente o significado desse enunciado.

A Agenda 21 é o programa de ação emanado da Rio-92, primeira da série de Conferências da ONU na "década do desenvolvimento". A noção de "responsabilidades comuns, porém diferenciadas" do capítulo 9 refere-se aos diferentes papéis que países desenvolvidos e em desenvolvimento devem desempenhar na implementação do projeto global de "desenvolvimento sustentável". A origem da "responsabilidade comum" pode ser identificada nos documentos de Estocolmo-72, Uma só Terra, e da Comissão Brundtland-87, Nosso Futuro Comum, que fundamentam a idéia do meio ambiente como um bem coletivo, global, pelo qual todos são responsáveis. A responsabilidade "diferenciada" refere-se especificamente às ações a serem adotadas para promover o uso sustentável dos recursos. A questão é técnica, mas também política. No centro do debate, encontra-se o conceito de "direito ao desenvolvimento", que os países em desenvolvimento lograram ver reconhecido (como direito humano em Viena-93). Assim, enquanto se admitiu que os atuais "padrões de consumo e produção" dos países industrializados são "insustentáveis", condicionou-se a mudança deste padrão nos países em desenvolvimento ao acesso a tecnologias limpas e a recursos novos e adicionais para reconversão do modelo de desenvolvimento sustentável (econômica, social, ambiental e culturalmente) preconizado na Rio-92.

A Convenção-Quadro sobre Mudança Climática é o marco jurídico destinado a estimular os países desenvolvidos a reduzirem suas emissões de dióxido de carbono para a atmosfera, provável causador do "efeito-estufa" e do conseqüente aquecimento global. A queima de combustíveis fósseis seria a principal causa do fenômeno. Nesse sentido, o Brasil tem a responsabilidade

de reduzir as queimadas na Amazônia, outra fonte geradora de CO₂ (o metano também é causa do efeito-estufa). Em Berlim, 1995, a Conferência que rediscutiu a Convenção sobre Mudança Climática evidenciou a pouca disposição dos países desenvolvidos em reduzirem suas emissões aos níveis preconizados pela Rio-92 até o ano 2000. Os Estados Unidos resistem a assumir compromissos explícitos, enquanto países escandinavos e a Alemanha pressionam pela adoção de limites. O Brasil costuma aliar-se com Índia, China e Rússia sob o argumento de que tais pressões "ambientalistas" provêm de países que já completaram seu processo de industrialização, ao qual o Brasil também quer ter direito. A Malásia chegou a propor um imposto sobre as emissões de CO₂ para financiar a preservação de suas florestas tropicais.

Em relação aos recursos financeiros (cap. 33 da Agenda), estabeleceu-se o compromisso dos países industrializados de destinarem 0,7% do PIB anual para o Global Environmental Facility (GEF), fundo global a ser administrado pelo BIRD para projetos de meio ambiente global. Poucos países têm cumprido este percentual (só Escandinávia). A Convenção sobre Diversidade Biológica experimentou igualmente resistências nos países desenvolvidos, que mais uma vez utilizam o meio ambiente como instrumento de pressão política sobre os demais.

Em relação à proteção da camada de ozônio, os principais elementos distribuidores são os CFCs e hálons (geladeiras, aerossóis, etc), cuja produção e emissão é igualmente concentrada nos países do Norte. A principal responsabilidade que o Sul assumiu em função da Agenda 21 e que não depende diretamente de financiamento e tecnologia importada é a redução do crescimento demográfico, outro fator de pressão sobre os recursos naturais do planeta.

5. A Europa Ocidental conhece um processo de unificação que vem avançando gradativamente, tanto no plano econômico quanto no político. Por outro lado, a União Soviética, o Estado de mais forte perfil supranacional, se fragmentou. Ambos processos inscrevem-se no quadro contemporâneo de crescente globalização das relações humanas. Argumente a respeito das relações existentes entre os três enunciados acima colocados.

O processo de globalização apresenta aspectos econômicos, políticos e sociais. Do ponto de vista econômico, é marcado pela dispersão das etapas do processo produtivo no espaço mundial (a nova divisão internacional do trabalho), pelo aumento da importância da gestão empresarial e pela

velocidade dos fluxos financeiros, a escapar do controle das políticas econômicas/cambiais dos Estados. Do ponto de vista político, engendra reorganização de mecanismos de segurança e alianças geopolíticas. As relações humanas são afetadas especialmente pelas redes de informação (Internet e outras) e comunicação (a CNN, por exemplo), que, ao mesmo tempo, divulgam uma cultura de massas de tendência homogeneizadora e aumentam a consciência das singularidades dos particularismos de cada lugar. Na visão de Manuel Castells, na aldeia global contemporânea, o princípio de MacLuhan foi invertido : a mensagem é o meio. Diante do maior contato entre as culturas diversas, a noção de identidade torna-se cada vez mais estrita e os homens passam a identificar-se menos pelo que fazem (o lugar na produção) e mais pelo que são (língua, religião, história).

Os fundamentalismos de toda sorte e o ressurgimento do nacionalismo seriam expressão da tensão: global-local. A URSS como projeto supranacional pode ser entendida, pelo menos, de dois ângulos: a) manifestação do nacionalismo russo, herdeiro do pan-eslavismo, que buscou subjugar as culturas/nacionalidades vizinhas para sua dominação; b) tentativa de superação do nacionalismo, em razão da anterioridade teórica da classe em relação à oração, ou seja, o internacionalismo proletário como ideologia para a revolução social. Seja qual for a motivação básica, a União Soviética reprimiu as manifestações culturais dos seus vizinhos, impôs a língua russa como elemento de unificação do espaço social (embora mantendo as línguas locais), e combateu a religião como "ópio do povo" e como manifestação de identidade histórica. O fim do sistema totalitário trouxe à tona conflitos étnicos latentes desde a separação das nações históricas promovida por Stálin. Assim dentro da Federação Russa, as regiões autônomas querem a independência (Chechênia, Inguchêa), no Cáucaso, georgianos, abicásios e ossétios redescobrem rivalidades; armênios se rebelam no Azerbaijão (Nagorno-Karabach). A Ásia Central (Uzbequistão, Tadjiquistão) oscila entre o Irã (Islamismo pode ser o substituto da utopia socialista) e a influência da Rússia, a Turquia aumenta sua esfera de poder regional. O Báltico busca integração com a Europa Ocidental, os elavos (Rússia, Belarus, Ucrânia) tentam soluções de compromisso. A possibilidade de retorno do comunismo (as eleições foram para 2º turno) só explicita a perplexidade da Rússia diante do processo de fragmentação do seu "near abroad".

Já a União Européia é uma criação originalmente geopolítica (superação do conflito Alemanha-França pós 45), que evoluiu para objetivos econômicos (o mercado comum) e hoje se coloca a questão da unificação

política.

Utilizando a noção de "blocos de poder" de R. Haesbert, a União Européia pode ser entendida: a) como resposta à decadência econômica e tecnológica do ambiente face aos EUA e ao Japão, mais b) articulação para exercer influência sobre outras áreas geográficas (na África, por exemplo). Os projetos são distintos: desde uma simples união comercial (Inglaterra), a uma federação de Estados autônomos (Alemanha e França, até visões extremas de um Super-Estado ou da volta do pangermanismo de Hanshoffer e/ou a "Mittle Europa". O sentimento nacional é mais resistente em alguns países; os autonomismos não foram superados (bascos e catalães, galegos (Espanha), valões (Bélgica), bretões (França), sardos e tiroleiros (Itália), Irlanda do Norte) e a simples concessão de um passaporte europeu, comunitário, não cria uma identidade comum.

A reunificação alemã trouxe uma carga social a ser dividida através de políticas econômicas com impacto europeu. A questão da segurança - OTAN com ou sem os EUA - polariza opiniões. Enfim, apesar da evidente noção de "soberania compartilhada" que a União Européia representa, os mecanismos supranacionais, como o Parlamento Europeu, ainda são relativamente fracos em relação à profundidade dos sentimentos nacionais - particulares - que se contrapõem à globalização das relações humanas.

NOÇÕES DE DIREITO

A prova de Noções de Direito constará de 5 (cinco) dissertações, de curta extensão.

O programa parte das noções indispensáveis de Teoria Geral do Direito, passa a seguir ao estudo do Estado e suas características básicas, para depois focar tópicos essenciais de Direito Constitucional, relacionados com a organização do Estado brasileiro. Busca-se aferir, em particular, a compreensão do candidato da fisionomia institucional do Estado brasileiro e a vocação democrática da Constituição - sendo requerido o conhecimento dos direitos e garantias fundamentais. Como o tema está estreitamente ligado à proteção internacional dos direitos humanos, o último tópico do programa marca a linha de contato mais próximo do Direito Constitucional e do Direito Internacional, na configuração do Estado de direito democrático.

Os pontos de Direito Internacional Público limitam-se aos conceitos indispensáveis a quem se prepara para exercer funções diplomáticas.

Durante a prova, os textos legais serão consultados somente quando a Banca Examinadora assim o determinar, e nesse caso serão fornecidos pelo IRBr.

Programa:

1. Característica das normas jurídicas. Estrutura, validade e classificação.
2. Fatos e atos jurídicos. Elementos, classificação e vícios do ato jurídico. Relação jurídica; negócio jurídico.
3. Personalidade jurídica - no Direito interno brasileiro e no Direito Internacional Público.
4. O Estado. Características. Elementos constitutivos. Soberania. Formas de Estado. A Confederação e a Federação. Regime republicano. Sistemas presidencialista e parlamentarista de governo. O Estado Democrático de Direito.
5. Condição jurídica dos Estados. Direitos e deveres dos Estados. Jurisdição e imunidades.
6. Características do Estado brasileiro. Nacionalidade. Condição jurídica

do estrangeiro.

7. A organização dos Poderes no direito brasileiro. A atividade legislativa e o processo legislativo.
8. Constituição. Conceito. Primado da Constituição. O controle da constitucionalidade das leis.
9. Competências da União e das unidades federadas.
10. A atividade administrativa do Estado brasileiro. Princípios constitucionais da Administração Pública. O controle da legalidade dos atos da administração.
11. Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro. Responsabilidade do Estado no Direito Internacional Público.
12. Fontes do Direito Internacional Público. Artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça.
13. O tratado internacional. Conceituação, classificação. Processo de elaboração e competências dos Poderes Executivo e Legislativo. Entrada em vigor. Vigência e extinção.
14. Organizações internacionais. Teoria geral.
15. Direitos e garantias fundamentais no Direito Constitucional brasileiro e no Direito Internacional. O Artigo 5, parágrafo 2, da Constituição.

Bibliografia sugerida:

a) Documentos

Constituição Federal do Brasil
Carta das Nações Unidas e Estatuto da Corte Internacional de Justiça.

b) Livros

ALVES, J. A. Lindgren. Os Direitos Humanos como Tema Global, Perspectiva/FUNAG, São Paulo, 1994.
AMARAL Jr., Alberto. Manual do Candidato - Noções de Direito, FUNAG, Brasília, 1995.
BONAVIDES, Paulo. Teoria do Estado, Malheiros, São Paulo, 1995.
DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado, Saraiva, São Paulo, 19ª ed., 1995.
FERREIRA Filho, Manoel Gonçalves. Curso de Direito Constitucional, Saraiva, São Paulo, 22ª ed., 1995.
GRANDINO RODAS, João. "Tratados Internacionais" in Revista dos Tribunais, SP, 1991

- MELLO, Celso Albuquerque. Curso de Direito Internacional Público, Renovar, Rio de Janeiro, 10ª ed., 1995.
REALE, Miguel. Lições Preliminares de Direito, Saraiva, São Paulo, 22ª ed., 1995.
REZEK, José Francisco. Direito Internacional Público: curso elementar, Saraiva, São Paulo, 5ª ed., 1995.
———. Direito dos Tratados, Forense, Rio de Janeiro, 1984.
SILVA, José Affonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo, Malheiros, São Paulo, 1995.
TRINDADE, Antônio A. Cançado. Princípios do Direito Internacional Contemporâneo, Editora da UNB, Brasília, 1981.
———. Direito das Organizações Internacionais, Escopo Editora, Brasília, 1990.

A bibliografia acima é arrolada apenas a título de orientação de estudo para o candidato, que selecionará as obras que mais lhe convierem. Os candidatos que desejarem preparar-se com maior profundidade poderão, ainda, recorrer à leitura de outros doutrinadores.

Exemplo de prova (concurso de 1996)

Responda às questões abaixo.

A correção das provas levará também em conta a objetividade das respostas. O(a) candidato(a) deve, portanto, buscar expor seus argumentos com atenção ao limite máximo de até 30 linhas por questão.

O valor de cada questão é de 20 pontos.

1. Considere o seguinte trecho:

"As condições (...) indispensáveis à condução das negociações com governos estrangeiros indicam o Executivo como o agente mais capacitado para tais transações, enquanto a enorme importância desta delegação de autoridade e a circunstância de os tratados terem força de lei concorrem fortemente para que o Legislativo participe, integral ou parcialmente, no trabalho de elaborá-los" (HAMILTON, Alexander, MADISON, James, JAY, John. O Federalista. Brasília, Ed. UNB, 1984, p. 558).

Exponha em que medida esta proposição se afina com a disciplina, constitucional brasileira do direito dos tratados.

Cláudia de Borba Maciel (20/20)

O procedimento para assinatura e entrada em vigor dos tratados internacionais é, no Brasil, semelhante ao definido no texto dos constitucionalistas americanos. Executivo e Legislativo participam ativamente do processo. Ao Executivo, cabem as seguintes funções (detalhadas em seguida): negociação, assinatura, ratificação, promulgação e publicação. Ao Legislativo, a aprovação. Podem negociar tratados o Presidente da República (PR), o Ministro das Relações Exteriores (MRE), os plenipotenciários, chefes de Missão Diplomática em casos bilaterais e outros agentes diplomáticos que portem a carta de plenos poderes concedida pelo Chefe de Estado.

A assinatura, geralmente do PR, manifesta o consentimento prévio do Estado. Após a assinatura, o PR envia o tratado por mensagem à Câmara dos Deputados, acompanhado de exposição de motivos do MRE. O texto será examinado pelas duas Casas separadamente, obedecendo ao processo legislativo ordinário. Os parlamentares podem aprovar ou não o texto e propor restrições a cláusulas específicas, sem, porém, acrescentar emendas. Se rejeitado, o tratado deixa de existir. Se aprovado, por decreto legislativo do Presidente do Senado, será comunicado o fato ao PR. Este procederá à ratificação, ou seja, informação às demais partes ou ao depositário, de que os trâmites internos foram concluídos. O tratado passa a ter validade internacional. Para efeito de direito interno, porém, deverá ser promulgado pelo PR e publicado no Diário Oficial da União, também pelo Executivo, sendo então válido e obrigatório. Os tratados correspondem no Brasil a uma lei federal, podendo, portanto, ser derogados por lei posterior de igual competência sobre a mesma matéria. Se isto não for comunicado às demais partes, o país incorre em ilícito internacional. O Supremo Tribunal Federal (STF) pode julgar da inconstitucionalidade dos tratados.

Os acordos executivos (de tradição norte-americana) são admitidos no Brasil sob duas condições: reversibilidade e eventuais despesas decorrentes já previstas no orçamento do MRE. Não são submetidos à aprovação do Legislativo, são promulgados por ato do MRE (Divisão de Atos Internacionais), e devem versar sobre temas de menor importância. Segundo Rezek, admitem-se acordos executivos no Brasil somente se forem acordos de interpretação de cláusulas de tratados já existentes ou complementação de tratados vigentes ou do tipo "modus vivendi", que apenas criam base para acordos futuros.

Os tratados assinados por membros da ONU devem ser ali registrados.

2. *O Comandante de determinada plataforma de petróleo, localizada em alto mar, proclama independência política. Diz possuir base territorial — a estrutura física da plataforma; aponta os trabalhadores como população; fala, por fim, na existência de governo sob seu comando, e eleito pelos trabalhadores da plataforma.*

Comente, considerando o Direito Internacional Público, o exercício de ficção acima descrito.

Elio de Almeida Cardoso (20/20)

Consoante com a análise dos elementos constitutivos do Estado, poder-se-ia considerar ou não tal situação como caracterizadora da existência de uma entidade dotada de personalidade jurídica internacional. A análise é feita sob o prisma do direito das gentes, cuja fonte primordial até o século XX tinha sido o costume internacional. O território tem sido considerado pelos teóricos do Estado contemporâneo elemento fundamental para que uma entidade tenha a qualificação jurídica de Estado. O território é, desse modo, a base física do Estado, devendo-se enfatizar que ficções jurídicas são construídas, como o mar territorial, o espaço aéreo e as aeronaves e embarcações, incluindo-se também as plataformas marítimas. Para que haja Estado, no entanto, deve haver território, no sentido etimológico do vocábulo, pois aquelas ficções decorrem deste elemento. Não se considerar, portanto, Estado a ocorrência de tal situação.

Por outro lado, seria necessário indagar se há Estado sem território. O professor Vicente Marotta Rangel reporta-nos que os antigos (mormente os gregos) sempre deram ênfase ao elemento povo. Na verdade, ocupações e invasões temporárias provam que o Estado continua existindo sem o território. No caso em tela, há um território (uma construção do homem, mas não deixa de ser uma base física), um povo vinculado a esse território através da atividade econômica (um elemento comum, gênese de um vínculo de nacionalidade) e um governo legítimo, supremo na ordem interna e independente na ordem internacional (mesmo que não seja economicamente independente). Poderia ser considerado Estado, levando em consideração a dinâmica do Direito, a sua correspondência com a realidade social cambiante, sobretudo devido a avanços científicos e tecnológicos.

3. Imagine que o Congresso Nacional, por iniciativa de um de seus membros, aprove projeto de lei que aumenta os vencimentos de certa categoria de funcionários públicos do Poder Executivo. O Presidente da República, mesmo sabendo que a matéria é de sua iniciativa privativa, sanciona o projeto. Analise se, do ponto de vista formal, pode o Presidente da República argüir, perante o Supremo Tribunal Federal, a invalidade do diploma, em ação direta de inconstitucionalidade. Examine, ainda, qualquer que seja sua resposta anterior, se, do ponto de vista da legitimidade constitucional da lei, o diploma é válido.

Elio de Almeida Cardoso (19/20)

O chefe do Poder Executivo pode argüir perante o Excelso Pretório a invalidade do diploma legal em tela e, nesse caso, é imperioso, sob a sistemática do ordenamento jurídico nacional tendo como vértice a Constituição Federal, decretar-se a procedência da ação direta de inconstitucionalidade para suspender a eficácia e aplicabilidade da lei. Com efeito, o Presidente da República é parte legítima para a propositura de tal demanda, conforme se depreende do disposto no art. 103 da Lei Maior. O diploma legal promulgado é formalmente inconstitucional (embora talvez não o seja materialmente) porque violou desde sua gênese os trâmites e procedimentos previstos na Constituição aplicáveis ao processo legislativo e à iniciativa privativa de determinados projetos de lei. Ademais, tal conduta é contrária ao princípio da independência dos poderes. Na verdade, o projeto de lei de iniciativa privativa do Executivo segue uma tramitação própria, em que se observa a primazia da Câmara dos Deputados sobre o Senado Federal na análise da matéria. Se a iniciativa do projeto de lei foi de um dos membros da última Casa, observou-se um trâmite totalmente diferenciado. O fato de o Presidente da República ter sancionado o projeto não impede a propositura da ação. Não se descarta a hipótese de a sanção ter ocorrido por erro ou descuido. O fundamental é que se trata de parte legítima (e há outras que poderiam propor a mesma ação), havendo interesse de agir tendo em vista a flagrante inconstitucionalidade (formal) do diploma legal, e possibilidade jurídica do pedido, que visa tão só suspender a eficácia e aplicabilidade da lei promulgada em desacordo com os ditames constitucionais.

4. Suponha o(a) candidato(a) estar acreditado(a) como diplomata brasileiro(a) junto ao país Pasárgada, que não mantém tratado de extradição

com o Brasil. Autoridades daquele Estado procuram-no(a) para relatar que Jean é, segundo suas leis, nacional de Pasárgada e que ele se encontra no Brasil. Informam que o Judiciário de Pasárgada expediu mandado de prisão preventiva contra Jean por certo crime comum, cometido em Pasárgada no ano de 1991. O(a) candidato(a) é, então, indagado(a) das perspectivas de êxito de um pedido de extradição. Para responder à pergunta, obtém de Brasília o informe de que Jean é pai de um brasileiro menor de idade, que vive sob sua dependência econômica. Além disso, é noticiado que Jean se naturalizou brasileiro em 1995. O(a) candidato(a) deverá redigir a resposta que dará à autoridade local, debatendo o problema à vista dos fatores acima apontados que possam ser juridicamente relevantes.

Elio de Almeida Cardoso (20/20)

Preliminarmente, cumpre informar que o fato de os dois países não terem celebrado ainda um tratado de extradição não exclui a possibilidade de o Brasil extraditar um nacional de Pasárgada se houver a garantia de reciprocidade. Na verdade, estão presentes todos os requisitos que, em tese, permitiriam a extradição do acusado. Ressalte-se que tal medida depende de autorização do Supremo Tribunal Federal, órgão de cúpula do judiciário brasileiro, que tem competência originária para julgar pedidos de extradição. Não é pois medida que depende exclusivamente do Poder Executivo e diplomacia brasileiros. O ordenamento jurídico brasileiro constitucional e infraconstitucional não impõem nenhuma restrição à procedência do pedido de extradição. O Brasil só não pode extraditar brasileiro nato e, no que concerne aos naturalizados, faz-se a ressalva da hipótese de cometimento da infração geral anteriormente à data da naturalização. Foi exatamente o que ocorreu. O fato de ter havido expedição de mandado de prisão preventiva, não se tratando, pois, de condenação definitiva, não impede, da mesma maneira, que seja deferido o pedido extraditacional. Percebe-se, ainda, que se trata de crime comum, e não crime político ou de opinião, hipótese em que seria inconstitucional a concessão da medida. O fato de o acusado ser pai de um brasileiro menor só diria respeito a um pedido de expulsão, na hipótese de crime praticado no território brasileiro. Dessarte, sendo nacional de Pasárgada, o acusado certamente será extraditado, devendo-se acrescentar que o crime cometido deve estar também previsto na legislação brasileira e não ter ocorrido ainda a prescrição. Outros pormenores poderão ser discutidos na fase jurisdicional do processo, conforme o que dispõe o Estatuto

do Estrangeiro.

5. Foi disputado jogo de futebol entre Brasil e Cerilândia na capital deste último país. Os jogadores brasileiros foram hostilizados pela torcida local, provocando especial revolta entre os telespectadores no Brasil. No dia seguinte, o clima de animosidade tornou-se mais acirrado, e torcedores convocaram a população para protesto, em Brasília, em frente da Embaixada de Cerilândia. Foi mantido o policiamento de rotina do setor de embaixadas da cidade. O contingente, porém, não foi capaz de conter os surtos de ira dos manifestantes, que lançaram objetos contra a sede da Embaixada, danificando suas instalações. O governo de Cerilândia resolve propor ação de reparação de danos em tribunal brasileiro, invocando a disciplina constitucional brasileira sobre responsabilidade civil do Estado. Discuta se a ação pode ser julgada pelo Judiciário brasileiro e, à vista dos pressupostos da responsabilidade civil do Estado entre nós, se há causa para indenização.

Carlos Eduardo da Cunha Oliveira (19/20)

Cabe ressaltar, inicialmente, inexistirem dúvidas, no caso apresentado pela questão, quanto à responsabilidade do Estado brasileiro pelos danos causados pelos manifestantes à Embaixada de Arcádia. Bem certo é que estes jamais poderiam ser considerados agentes do Estado, uma vez que não estavam investidos de qualquer função pública ou atendendo a qualquer determinação estatal de que fosse realizado o mencionado protesto. A responsabilidade do Estado, neste caso, não surge em razão dos atos praticados por seus particulares, mas sim da omissão dos agentes públicos encarregados da segurança pública em controlar tais protestos e impedir que estes redundassem nos já citados danos à Embaixada de Arcádia. Tal omissão se afigura ainda mais clara e inexcusável quando se leva em conta que o protesto foi previamente convocado pelos torcedores, fato que não recebeu das autoridades públicas nenhuma atenção especial. Ficam demonstrados, dessa forma, a autoria do dano representado pela conduta omissiva das autoridades que deveriam zelar pela manutenção da segurança e paz públicas, e o nexo de causalidade existente entre esta omissão e os danos que ela acarretou. Fica caracterizada, ademais, a culpa da administração pública na ocorrência destes fatos, uma vez que não agiu com a prudência e a diligência esperadas.

Por todos estes fatores, justifica-se a existência de causa para a

indenização dos danos sofridos pela Embaixada de Arcádia.

Quanto a se o governo de Arcádia teria capacidade para propor esta ação perante tribunal brasileiro, há que se ter em conta que isto implicaria uma limitação voluntária de sua imunidade de jurisdição, na hipótese de submeter-se a uma decisão desfavorável aos seus interesses. Assim, embora possa propor ação de reparação de danos perante o judiciário brasileiro, nada o impede de, caso se apresentem irregularidades que caracterizem denegação de justiça, repropor a ação perante corte internacional ou tribunal arbitral destinado a este fim.

NOÇÕES DE ECONOMIA

A prova de Noções de Economia constará de cinco dissertações, de curta extensão.

Programa:

I - Conceitos básicos

1. O objeto da Economia. Escassez e usos alternativos. Bens econômicos. Sistema de preços e alocação de recursos.
2. Noções sobre a evolução da análise econômica. Pensamento clássico e marxista; a escola neoclássica; Keynes; desenvolvimentos pós-keynesianos.
3. Medida da atividade econômica. Produto e renda. Contas Nacionais: os grandes agregados e sua estimação. Valores nominais e valores reais. Índices de preços.
4. Noções de Microeconomia. Determinantes da procura e da oferta. Elasticidades. O equilíbrio de mercado. Concorrência perfeita, monopólio e outras estruturas de mercado.
5. Moeda e sistema bancário. Oferta e procura de moeda. Banco Central e política monetária. Inflação.
6. Noções de Economia Internacional. Taxas de câmbio e sua determinação. O balanço de pagamentos. A noção de vantagens comparativas.

II - Formação da Economia Brasileira

1. A economia brasileira no período colonial. A economia açucareira do Nordeste. Auge e declínio da mineração.
2. A economia brasileira no século XIX. Expansão da lavoura cafeeira. Transformações no final do período: abolição do escravismo, início do desenvolvimento industrial.
3. A economia brasileira na primeira metade do século XX. As duas guerras mundiais, a depressão dos anos trinta e seus reflexos. O processo de industrialização: fases, características.

Bibliografia sugerida:

A primeira parte do programa corresponde ao conteúdo usual de um curso universitário de Introdução à Economia, e é coberta em manuais como o Manual de Economia organizado por Pinho & Vasconcelos e elaborado por uma equipe de professores da Universidade de São Paulo (ver especialmente: Parte Introdutória, capítulos 1 e 2; Parte I, caps. 2 e 4; Parte II, caps. 1, 2 e seu apêndice, 4 e seu apêndice, e 5; e Parte IV, cap. 1 e seu apêndice), ou os livros de Samuelson e de Wonnacott & Wonnacott.

A segunda parte do programa pode ser estudada nos livros clássicos de Celso Furtado e Caio Prado Jr, e na obra de Maria da Conceição Tavares (ver sobretudo o capítulo "Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil").

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. Companhia Editora Nacional, São Paulo (publicado inicialmente em 1959).

PINHO, D. B. & VASCONCELOS, M.A.S. (orgs). Manual de Economia. Saraiva São Paulo, 1992

PRADO JR., Caio. História Econômica do Brasil, São Paulo, Brasiliense (publicado inicialmente em 1945).

SAMUELSON, P. A; NORDHAUS, W. D. Economia, trad. da 12ª ed. norte-americana por M. M. Godinho, Lisboa, São Paulo: McGraw-Hill, 1991.

TAVARES, Maria da Conceição. "Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil" in Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro, Zahar, Rio de Janeiro, 1978.

VERSIANI, Flávio Rabelo. Manual do Candidato - Noções de Economia. FUNAG, Brasília, 1996.

WONNACOTT, P. & WONNACOTT, R. Economia, 2ª ed., trad. da 4ª ed. norte-americana por C. S. Gondo et alli. São Paulo: Makron, 1994.

Exemplo de prova (concurso de 1996)

1. Explique o significado do conceito de vantagem comparativa e explique qual é sua relevância para a formulação da política brasileira de comércio exterior.

Joaquim Pedro de Oliveira Penna Coelho da Silva (20/20)

O conceito de vantagem comparativa se deve ao economista clássico inglês David Ricardo. Em 1817 Ricardo demonstrou analiticamente que, assim como dentro de uma nação ocorriam ganhos de bem-estar se os indivíduos se especializassem, também entre as nações isto deveria acontecer. Supondo, como simplificação, apenas dois países, mesmo que um deles fosse mais eficiente na produção de ambas as mercadorias (apenas duas mercadorias, outra simplificação), ainda assim cada país deveria se especializar na produção de uma mercadoria e suprir suas necessidades da outra mercadoria com o outro país. A especialização e o comércio levariam a um maior nível de bem-estar econômico para ambos os países, com salários reais maiores também em ambos os países, mesmo que apenas um deles fosse eficiente na produção de todas as mercadorias.

A noção de vantagem comparativa foi e é seminal na produção teórica de Economia Internacional. Já no século XX, os desenvolvimentos apresentados por economistas como Heckscher, Ohlin e Samuelson foram significativos. Um arcabouço interessante de análise é o que confirma os efeitos da especialização e do comércio em "países grandes" (que afetam o nível de preços internacional) e "países pequenos" (que não têm esse poder). Foi mostrado que, sob certas condições (basicamente concorrência perfeita), países pequenos (que são maioria) teriam ganhos de bem-estar mesmo que diminuíssem unilateralmente suas barreiras ao comércio.

Portanto, a recomendação de política econômica externa, segundo o "mainstream" da teoria econômica, é mais especialização naqueles produtos onde o país tem vantagens comparativas; e liberalização unilateral das barreiras ao comércio.

No caso do Brasil Republicano, historicamente pode-se definir três fases : até 1930, o país adotava, grosso modo, os preceitos de especialização e livre-cambismo. A partir de 1930, as restrições externas, entre outras causas, levaram o país a adotar um modelo de substituição de importações, mais fechado ao comércio exterior. Esta tendência chega a seu ápice com o II PND, durante o regime militar, e com a forte restrição externa causada pelos choques do petróleo e pela crise da dívida. O relaxamento destas restrições externas, junto a crescente globalização (aumento dos fluxos de comércio e de capital), leva o Brasil a um novo paradigma de política comercial, principalmente a partir do governo Collor. Este governo implementa uma liberalização unilateral do comércio exterior . De lá para cá, houve alguns

recuos nesta liberalização, mas permanece a tendência de abertura ao comércio exterior.

De modo geral, assistiu-se ao redor do mundo, a um maior "sucesso" econômico daqueles países que se desenvolveram "para fora" e que adotaram, com algumas qualificações, o modelo de economia de mercado relacionado ao "mainstream" da teoria econômica. A adoção deste modelo parece ser hoje uma decisão de política econômica do governo brasileiro. Os avanços e recuos devem ser creditados às tensões existentes entre quem ganhava com o modelo antigo, e pode perder agora (indústrias substituidoras de importações ineficientes), e quem ganha com maior abertura (em especial, os consumidores).

2. A oferta e a demanda de divisas têm papel importante na determinação da taxa de câmbio, seja qual for o sistema cambial adotado por nosso país. Explique qual é esse papel.

Joaquim Pedro de Oliveira Penna Coelho da Silva (20/ 20)

A taxa de câmbio é o preço, em unidades de moeda nacional, de uma unidade de moeda estrangeira. Numa economia de mercado, este preço é determinado pela interação entre a oferta e a demanda da moeda estrangeira em questão. Isto não impede que o governo, por meio de ações do Banco Central, participe deste mercado. A forma de atuação do Banco Central no mercado de moeda estrangeira, ou divisas, é que define se o regime cambial adotado é de taxas fixas, flutuantes, ou ainda se é adotado o padrão ouro.

Basicamente, num regime de taxas fixas o Banco Central fixa o preço de compra e venda da moeda estrangeira. Para que esta fixação tenha efeito, o Banco Central na verdade garante, aos vendedores de moeda estrangeira, que compra àquela taxa a quantidade que eles tenham para vender. Da mesma forma, o Banco Central assegura aos compradores de divisas uma oferta correspondente às reservas em moeda estrangeira do país.

Em um regime de taxas puramente flutuantes, o Banco Central não interfere no mercado de divisas: nem compra, nem vende. O preço é determinado pela oferta e demanda de mercado pela moeda estrangeira.

Em um sistema de padrão-ouro, o Banco Central lastreia a moeda nacional com ouro. A moeda pode ser livremente conversível em metal. O governo não intervém no mercado de divisas, mas as taxas são basicamente fixas, se se supor que os outros países também seguem o padrão-ouro. A

movimentação de ouro de um país a outro torna as taxas de câmbio fixas.

Hoje em dia há uma tendência para a adoção de taxas de câmbio "híbridas", com elementos de taxas fixas e de taxas flutuantes. O sistema adotado pelo Brasil (e por muitos outros países) é o chamado "sistema de bandas cambiais". Por este sistema, o Banco Central estabelece limites, superiores e inferiores, para o preço da moeda estrangeira. Dentro dos limites, a flutuação é livre. Se o preço bate no limite superior, o Banco Central entra no mercado vendendo moeda estrangeira. Se bate no limite inferior, o Banco Central entra comprando.

Os determinantes da oferta e da demanda de moeda estrangeira podem ser compreendidos pela análise do balanço de pagamentos (o registro dos fluxos provenientes das relações entre residentes e não residentes). Nas transações correntes, a exportação de bens e serviços e entrada de transferências unilaterais aumentam a oferta de divisas. Inversamente, a importação de bens e serviços e as transferências feitas ao exterior aumentam a demanda. O mesmo acontece no movimento de capitais autônomo: entrada de investimentos e empréstimos aumentam a oferta de divisas, saída dos mesmos itens, aumentam a demanda de divisas. O saldo de transações correntes mais o saldo de capitais autônomos mais erros e omissões é igual ao saldo total do balanço de pagamentos. Com taxas puramente flutuantes, se este saldo for diferente de zero, a taxa de câmbio se ajustará até o equilíbrio no balanço de pagamentos. Com taxas fixas, se o saldo for positivo, o Banco Central aumenta suas divisas (reservas). Se negativo, as reservas sendo finitas, o Banco Central não pode gastá-las indefinidamente. Em algum ponto, a taxa deve ser desvalorizada, ou então empréstimos com o FMI devem ser conseguidos. A vantagem das bandas cambiais seria permitir algum ajuste automático do balanço de pagamentos (via apreciação/ depreciação de taxa de câmbio) sem a instabilidade associada a taxas puramente flutuantes.

3. Apresente os motivos pelos quais o Brasil atualmente pratica juros elevados e descreva os efeitos dessa política sobre o balanço de pagamentos e sobre a taxa de câmbio.

Joaquim Pedro de Oliveira Penna Coelho da Silva (20/ 20)

Mesmo tendo as taxas de juro brasileiras caído um pouco nos últimos meses, seu nível ainda é bem maior do que o das taxas de juro internacionais. Os motivos para isto fazem-nos voltar ao início do Plano Real em 1994. Na

explicitação destes motivos ficará claro o efeito do nível das taxas de juro sobre o câmbio e o balanço de pagamentos.

A instauração do Plano Real causou uma substancial queda das taxas de inflação. O fato de que nem todos pudessem se resguardar (através da indexação) da inflação antes existente ocasionava uma enorme perda de renda, especialmente aos mais pobres. Portanto, o fim (ou diminuição) da inflação proporcionou um enorme ganho de renda a muitas pessoas, com o fim do chamado imposto inflacionário. O maior consumo relacionado a esta maior renda, com todos os efeitos multiplicadores que se seguem, preocupava o governo. Isto porque o desequilíbrio fiscal do governo, cerne do desequilíbrio financeiro que causava inflação, estava longe de ser solucionado. A conjunção destes fatores levou o governo a aumentar enormemente a taxa de juros, visando conter o consumo e o investimento.

Porém (e aqui entra o setor externo), o diferencial entre os juros brasileiros e os internacionais, no contexto de crescente globalização financeira, levou a um extraordinário fluxo de entrada de investimento em portfolio. Os investidores estrangeiros (e alguns brasileiros com recursos no exterior) visavam, basicamente, aproveitar a arbitragem proporcionada pelo diferencial de juros. A princípio, o governo não atuou decisivamente comprando divisas para sustentar a taxa de câmbio. Com isso, o real se valorizou, especialmente em relação ao dólar norte-americano. Uma vantagem desta estratégia, àquela época, era tornar mais baratas as importações, contribuindo para a estabilidade de preços. O Brasil parecia caminhar para ser um país deficitário nas transações correntes e superavitário na entrada de capital. A crise do México (que, enfrentando fuga de capital, desvalorizou o peso em fins de 94) levou a um estado de tensão nos países ditos "emergentes". Em consequência, a partir de 95 (com a ameaça de crise em março-abril), o Brasil adota uma série de restrições às importações e à entrada de capitais de curto prazo, além de gradualmente diminuir as taxas de juro. Como forma de defesa contra uma corrida especulativa contra o real, e também de ir, aos poucos, desvalorizando o real, o Banco Central vai aumentando fortemente suas reservas em moeda estrangeira.

Portanto, o motivo principal da prática de juros elevados foi o fim da inflação sem ajuste fiscal vigoroso e a incompatibilidade do nível de demanda resultante com a estabilidade de preços, situação ainda hoje de certa forma presente. Os efeitos sobre o balanço de pagamentos foram, de início, uma grande entrada de investimentos de portfolio, com apreciação cambial correspondente. Isto, por sua vez, causou um aumento das importações. O

medo de uma crise cambial, causada por déficit em conta corrente e volatilidade da conta de capitais, levou o governo a impor restrições à importação e a depreciar o câmbio, ao mesmo tempo que aumentava as reservas, sob juros ainda altos.

4. Após a grande crise de 1929, o Brasil adotou políticas de sustentação do preço do café. Descreva a maneira pela qual essa política contribuiu para a industrialização brasileira.

Leandro Zenni Estevão (20/20)

Um conjunto de fatores contribuiu, de modo favorável, para a aceleração do processo de industrialização na década de 30 em território brasileiro.

De início, deu-se o esgotamento de um modelo econômico herdado do período colonial, o desenvolvimento para fora, centrado em produtos primários, dependente, complementamente, das alterações dos preços nos mercados mundiais. Por meio da crise do café e devido a fatores intrínsecos à forma de distribuição da renda no setor cafeeiro, o café, apesar do apoio governamental, revela-se menos interessante sob o aspecto econômico, do que a forte procura interna por bens e serviços gerada, em termos de lucratividade, por setores dedicados ao mercado interno.

Cumprir observar que a crise de 1929 rompe, de maneira definitiva, com o padrão que sustentava a estrutura agrária-exportadora de café. Não obstante, a importância política deste setor permanece significativa, como percebe o governo após a Revolução Constitucionalista de 1932, quando se ampliam políticas favoráveis ao café.

Sobrevinda a crise, o café, produto de maturação prolongada, atinge o seu pico de produção em 1933. O mercado internacional havia-se comprimido, as fontes externas de financiamento secaram, o país defronta-se com a maior produção de café de sua história. O governo federal decide, então, garantir a compra do café excedente, o qual seria destruído. Assegurar-se-ia, destarte, a maximização das receitas cafeeiras sustentadas pela política de Vargas. Ocorre que esta medida produziria efeitos multiplicadores sobre a economia como um todo, a um momento onde os mercados externos comprimiam-se aceleradamente. Deve-se ressaltar, de modo análogo, que a estrutura da economia cafeeira, baseada na mão-de-obra assalariada, propiciava o fluxo de renda necessário para que o mercado interno se

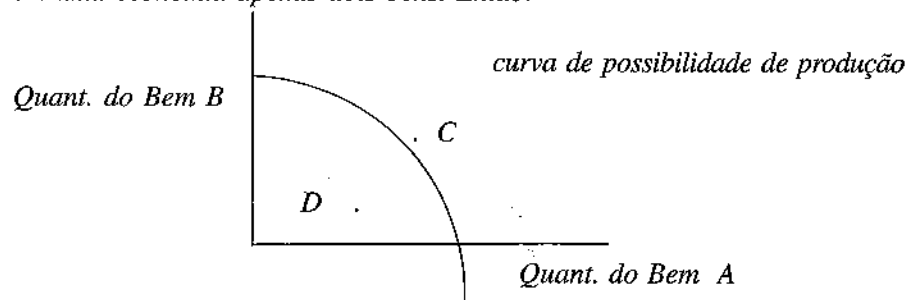
desenvolvesse. E foi, decididamente, o que aconteceu. As rendas monetárias exportadoras, apropriadas pelos cafeeiros revertiam, em parte, para o aumento das rendas internas da população, atuando com efeitos amplos sobre toda a economia nacional. Como o café perdia, de maneira crescente, interesse comercial, estes capitais encontraram ampla aplicação em um mercado com a procura interna em forte elevação.

Ressalte-se, também, o fato de esta política ser levada a cabo, a partir do estímulo governamental interno. Enquanto que a capacidade de importar do país reduziu-se, paralelamente, à redução das importações de café. Assim, estavam criadas as condições efetivas para, a partir do encarecimento dos produtos importados, desenvolver-se uma ampla gama de bens intermediários que deram início, de forma mais efetiva, ao processo que se convencionou chamar substituição de importações.

5. “A economia é um estudo do método de alocação de meios físicos e humanos escassos entre fins alternativos”. Essa definição é conciliável com a existência de desemprego da força de trabalho e capacidade ociosa na indústria?

Leonardo Cleaver de Athayde (20/20)

O problema básico da economia é a escassez. Os desejos e as necessidades humanas tendem a ser ilimitadas, os recursos para satisfazer tais necessidades são, no entanto, limitados, naturalmente, o que faz com que seja necessário a escolha entre a satisfação de necessidades alternativas. O dilema básico da economia se faz representar por uma curva de possibilidades de produção. Simplificando, assumimos que se pode produzir em uma economia apenas dois bens. Então:



Uma produção eficiente (alocativamente) se manteria ao longo da curva (o ponto “C”, por exemplo). Pode-se cogitar de um cenário, no entanto, onde a sub-utilização de recursos (fatores de produção) relegasse a produção nacional a um ponto como “D” no diagrama, onde a produção fica abaixo do potencial.

Com efeito, uma alocação tal qual a representada pelo ponto “D” no diagrama é freqüente, pois a “alocação de meios físicos e humanos escassos entre fins alternativos” nem sempre se dá de maneira eficiente. A total eficiência alocativa como a que se obtém no ponto “C” raramente se logra no mundo real pois: 1) os mercados no mundo real raramente são perfeitamente competitivos, sendo que a concorrência perfeita é a única hipótese em que a ciência econômica efetivamente prevê a possibilidade da total eficiência alocativa; 2) os mecanismos de mercado (como a sinalização por meio de preços de bens e fatores de produção) não estão imunes a influências extra-econômicas, como a política.

Foram esses os pontos básicos ressaltados pelo economista John Maynard Keynes em sua crítica à Escola Clássica. Esta previa que as recessões econômicas (implicando sub-utilização dos fatores de produção) eram fenômenos temporários, pois a flexibilidade de preços e salários sempre faria com que a produção nacional voltasse ao nível do pleno emprego. Keynes atacou esta premissa clássica, ao argumentar que os preços e os salários são na realidade rígidos (baixam apenas com grande dificuldade). A raridade de mercados efetivamente caracterizados pela concorrência perfeita levava a que os produtores pudessem sustentar seus preços mesmo em caso de recessão; o sindicalismo e políticas salariais dificultavam a redução de salários. A recessão poderia, portanto, continuar indefinidamente. Fatores de ordem econômica (mercados concentrados) e extra-econômica (políticas salariais) impediam que os mecanismos de mercado funcionassem com plena eficiência alocativa. Faz-se necessária, segundo Keynes, a intervenção governamental para aumentar a demanda agregada. O mundo ideal da economia nem sempre se realiza na prática, o que não invalida a disciplina enquanto ciência hipotética.

FRANCÊS

O Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata não mais inclui prova de Francês.

O IRBr não concebe, no entanto, que a formação do diplomata brasileiro possa excluir a proficiência em alto nível no idioma, entre muitas razões porque (a) a bibliografia sugerida para o Concurso e a seguida no Programa de Formação e Aperfeiçoamento - Primeira Fase (PROFA-I) inclui, em grande medida, textos em francês e (b) Francês será matéria obrigatória no PROFA-I.

É, portanto, fortemente aconselhável que, desde a preparação para o Concurso, o candidato à carreira diplomática não descure o Francês.